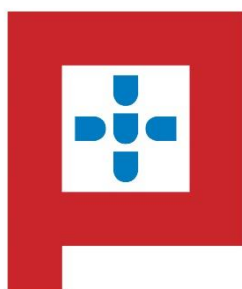


FUNDAÇÃO BATALHA DE
ALJUBARROTA

RELATÓRIO ANUAL 2025



FUNDAÇÃO BATALHA DE
ALJUBARROTA

ÍNDICE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	5
1. GOVERNAÇÃO.....	7
2. FINANCIAMENTO.....	7
3. CAMPO MILITAR DE ALJUBARROTA – MONUMENTO NACIONAL.....	8
4. CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA BATALHA DE ALJUBARROTA (CIBA).....	17
5. PARCERIAS.....	25
6. FILME BIOGRÁFICO DE NUNO ALVARES PEREIRA.....	28
7. ROTEIRO DA GUERRA DA INDEPENDÊNCIA (1383-1385).....	30
8. ROTEIRO DA GUERRA DA RESTAURAÇÃO (1640- 1668).....	33
9. MECENATO.....	36
10. ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA.....	37
11. FUNDO PERPÉTUO.....	37
12. CONSELHO DE CURADORES.....	38
13. PERSPETIVAS PARA O ANO DE 2026.....	38
14. ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA FUNDAÇÃO.....	41
15. APLICAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	42
16. AGRADECIMENTOS.....	42
Anexos.....	45
CORPOS SOCIAIS DA FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA.....	47
CLASSE DE PRODUTOS COMERCIALIZÁVEIS COM A MARCA FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA.....	48
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	49
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	63
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	68
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	81



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. GOVERNAÇÃO

No ano de 2025 tentou-se manter o modelo de governação assente nos princípios da decisão eficaz, da preservação do património fundacional e da partilha de informação entre os diferentes *stakeholders*. Este modelo mantém a centralidade da decisão no Conselho de Administração e no Conselho Executivo, promovendo simultaneamente reuniões periódicas conjuntas com o Conselho de Curadores, o que reforça a articulação estratégica entre os diversos órgãos sociais da Fundação.

Este modelo visa consolidar o princípio da gestão partilhada, com especial enfoque no alargamento das componentes informativas associadas à sustentabilidade e ao acompanhamento da atividade da Fundação. Neste sentido, continuaremos a dar um novo impulso ao acompanhamento das ações desenvolvidas, assegurando uma governação mais próxima, transparente e eficaz.

Ainda no que respeita a Governação procurou-se consolidar a figura do Diretor Geral da Fundação que acumulará essa função com a Direção Geral do CIBA

No que diz respeito ao CIBA, está prevista a adaptação do seu modelo de governação, com a valorização do papel do seu Conselho Consultivo, promovendo uma maior integração das suas recomendações na gestão e no planeamento estratégico.

A partilha de informação, através de reportes mensais simplificados junto dos órgãos sociais, será mantida e reforçada, garantindo um fluxo de comunicação contínuo e eficaz. Paralelamente, será definida e implementada uma política de proximidade com os *stakeholders* locais, com o objetivo de assegurar relações de convivência e cooperação mutuamente benéficas.

A nível internacional, a Fundação continuará a acompanhar e a interagir com fundações congéneres, com vista à promoção turística e à partilha de experiências e boas práticas.

Entretanto aumentou a nossa participação na CPF -Centro Português de Fundações que, num novo mandato, alargou o âmbito das suas iniciativas.

Durante o ano de 2025, realizaram-se as seguintes reuniões dos órgãos executivos:

Conselho de Administração	1
Conselho Executivo	6

2. FINANCIAMENTO

O modelo de financiamento da Fundação assenta na conjugação entre a obtenção de receitas operacionais e o controlo rigoroso dos custos administrativos, com o objetivo de assegurar um equilíbrio operacional sustentável. Este equilíbrio considera o contributo regular do mecenato e os rendimentos provenientes do fundo perpétuo, desde que estes excedam a taxa de inflação.

Neste enquadramento, a política de mecenato assume um papel central. A Fundação definiu como objetivo a captação de receitas de mecenato regular num intervalo entre 450.000€ e 550.000€ anuais. Este montante é essencial para garantir o financiamento equilibrado do CIBA, complementado pelas receitas obtidas com as suas vendas e por outras fontes de rendimento. Neste ano ficou-se aquém desse objectivo mas largamente compensado pelo mecenato no âmbito da Autorização de Residência por Investimento.

Paralelamente, a Fundação tem vindo a desenvolver uma campanha de mecenato especial, direcionada para novas iniciativas de grande dimensão. A estratégia definida prevê que novas iniciativas — ou iniciativas com possibilidade de autonomização — sejam, preferencialmente, financiadas por mecenato específico, assegurando assim a sua viabilidade sem comprometer a sustentabilidade do modelo de financiamento geral.

Em 2025, manteve-se o esforço de captação de mecenato regular, destacando-se, no entanto, o impacto significativo do mecenato especial, enquadrado no regime de Mecenato Cultural no âmbito da Autorização de Residência por Investimento (ARI). Este resultado decorre, em particular, dos dois projetos certificados pelos Despachos de Sua Excelência, o Ministro da Cultura, datados de 16 de junho de 2021 e de 15 de setembro de 2021.

O total de receitas obtidas pela política de mecenato da Fundação atingiu, no ano de 2025, o montante global de 811.000,00€, repartido da seguinte forma:

Mecenato Regular	61.000,00€
Mecenato ARI	750.000,00€

3. CAMPO MILITAR DE ALJUBARROTA – MONUMENTO NACIONAL

O Campo Militar de Aljubarrota constitui um dos mais relevantes marcos da história nacional portuguesa, tendo a sua importância histórica sido reconhecida desde muito cedo. Esse reconhecimento remonta ao ano de 1910, data em que a Capela de São Jorge, localizada no próprio campo de batalha e correspondente ao local ocupado por Nuno Álvares Pereira no dia da Batalha de Aljubarrota, foi oficialmente classificada como monumento nacional.

Ao longo do tempo, foram sendo adotadas diversas medidas administrativas destinadas à proteção e salvaguarda da envolvente deste espaço simbólico. Entre essas medidas destaca-se, em 1977, a criação de uma Zona *Non Aedificandi* adjacente à Capela de São Jorge, com o propósito de preservar a integridade patrimonial e o enquadramento paisagístico do local.

O processo de classificação do Campo de Aljubarrota teve início em março de 2001, refletindo o reconhecimento crescente da sua relevância histórica, cultural e identitária, enquanto palco de uma das mais emblemáticas batalhas da história de Portugal. Até então, apesar da construção do museu militar em 1985 por iniciativa do Exército, o campo encontrava-se, em grande medida, votado ao abandono, verificando-se uma subvalorização do seu potencial educativo, cultural e turístico.

A alteração deste cenário ocorreu com a atribuição da gestão do prédio afeto ao domínio público militar à Fundação, por um período de 99 anos. Esta transferência de gestão veio reforçar os mecanismos de proteção do espaço, estabelecendo uma zona não edificável sujeita à

autorização prévia do Ministério da Defesa para qualquer intervenção ou construção. Desta forma, passaram a estar reunidas condições mais eficazes para assegurar a preservação, valorização e divulgação do património histórico associado ao Campo Militar de Aljubarrota.

Em 2010, o processo culminou com a classificação oficial do Campo de Batalha de Aljubarrota como monumento nacional, através do Decreto-Lei n.º 18/2010, publicado na I Série do *Diário da República* a 28 de dezembro. Esta classificação reveste-se de especial importância por se tratar da mais elevada distinção legal que o Estado Português pode atribuir a um bem imóvel, reconhecendo o seu valor excecional para a história nacional.

Posteriormente, através da aquisição gradual de terrenos adjacentes à área classificada, foi definida uma zona não edificável de natureza estatutária. Embora esta área não esteja diretamente abrangida pela classificação legal do Campo Militar de Aljubarrota, encontra-se sujeita às restrições estabelecidas nos estatutos da Fundação, garantindo-se, desta forma, a sua proteção, conservação e utilização adequada.

No âmbito do reforço das medidas de salvaguarda do património histórico e paisagístico, foi criada, em 10 de setembro de 2012, a Zona Especial de Proteção (ZEP) do Campo de Batalha de Aljubarrota, através da Portaria n.º 426/2012. Esta zona complementar à área classificada tem como principal objetivo assegurar a preservação da paisagem envolvente, estabelecendo critérios mais exigentes de qualidade arquitetónica para novas construções e promovendo igualmente a proteção do relevante potencial arqueológico existente no local.

Com a implementação destas medidas, foi possível consolidar uma estratégia integrada de valorização, proteção e salvaguarda do Campo de Aljubarrota, assegurando a sua preservação enquanto espaço de memória coletiva, símbolo da identidade nacional e importante recurso de educação histórica para as gerações presentes e futuras.

Zona	Descrição	Data
<i>Zona Non Aedificandi</i>	Portaria do Ministério da Educação e Investigação Científica, publicada no Diário da República n.º 708/77	17 de novembro de 1977
Zona não edificável/Prédio Militar	Despacho conjunto dos Ministérios da Defesa e das Finanças n.º 457/2004, concessão por 99 anos à Fundação	16 de julho de 2004
Zona não edificável/Estatutária	Sucessivas aquisições de imóveis pela Fundação na Zona Classificada	Desde 2002
Zona não edificável/Zona classificada como monumento nacional	Decreto n.º 18/2010	28 de dezembro de 2010
Zona não edificável/Zona Especial de Proteção	Portaria n.º 426/22	10 de setembro de 2012

A concretização desta classificação representa também o cumprimento de um dos objetivos prioritários definidos pelo fundador da Fundação, o Senhor António Champalimaud, cuja visão estratégica incluiu desde o início a preservação da memória histórica e a valorização cultural deste espaço singular.

Com este importante marco alcançado, a Fundação reafirma o seu compromisso contínuo com a proteção, valorização e salvaguarda do património histórico associado ao Campo Militar de Aljubarrota. Neste contexto, expressa a expectativa de que, no futuro, sejam aplicados critérios cada vez mais rigorosos de preservação e valorização da paisagem histórica vinculada à Batalha de Aljubarrota, assegurando a integridade deste espaço singular.

Trata-se de um território de elevado valor patrimonial e educativo, cuja relevância transcende a dimensão histórica, afirmando-se como um elemento fundamental da memória coletiva e da identidade nacional. A sua proteção deve, por isso, constituir princípio orientador de quaisquer intervenções futuras, garantindo que este legado seja transmitido às gerações vindouras com o respeito, a dignidade e a responsabilidade que a sua importância exige.

a) Recuperação paisagística e Gestão territorial do campo militar

Atualmente, é possível afirmar que a atividade didática desenvolvida no CIBA — Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota — se encontra, na sua essência, apresentada ao público com um nível de qualidade amplamente reconhecido e valorizado. Este trabalho tem vindo a ser progressivamente enriquecido através da definição de planos concretos de expansão, quer ao nível dos conteúdos expositivos, quer no âmbito da ampliação do próprio espaço museológico. Contudo, este esforço de qualificação e valorização apenas se considerará plenamente concretizado com a recuperação paisagística dos terrenos envolventes ao CIBA, integrada num projeto global cuja execução se desenvolverá ao longo dos próximos anos.

Este processo enquadra-se no cumprimento dos deveres estatutários atribuídos à Fundação pelo seu fundador, António Champalimaud, bem como nas responsabilidades assumidas perante o Estado Português aquando da atribuição, em 2002, da gestão do Campo de Batalha de Aljubarrota à Fundação. Desde essa data, tem vindo a ser desenvolvido um trabalho contínuo, consistente e determinado, orientado para a proteção deste espaço histórico contra construções e atividades descontextualizadas suscetíveis de comprometer ou desvirtuar o seu valor cultural, patrimonial e simbólico.

Neste âmbito, a Fundação tem prosseguido uma política gradual, responsável e consensual de aquisição de terrenos, promovida em estreita articulação com os respetivos proprietários, respeitando o interesse público e incentivando o envolvimento da comunidade local. Este esforço tem permitido a demolição de construções dissonantes e a consequente ampliação da área protegida e acessível do campo militar, para além da área inicialmente atribuída pelo Estado à Fundação em 2002.

Esta estratégia terá continuidade ao longo de 2026, mantendo-se como prioridade a aquisição de dois imóveis já identificados nos projetos submetidos à Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) para efeitos de expropriação. Trata-se, concretamente, da única casa em ruínas existente na Rua Henrique Guimarães, n.º 8, correspondente ao artigo urbano n.º 83 e respetivo terreno rústico anexo, bem como do terreno rústico n.º 79 da Secção 5 da Freguesia da Calvaria de Cima. Os respetivos pedidos de Declaração de Utilidade Pública (DUP) para estes prédios foram apresentados ao Ministério da Cultura no ano de 2017.

A sua aquisição permitirá a criação de novos circuitos visitáveis, reforçando a musealização de áreas significativas do campo de batalha, incluindo zonas com potencial arqueológico como as emblemáticas "covas de lobo". Estes novos percursos vão contribuir decisivamente para o

aumento da atratividade do espaço, da sua visibilidade pública e do número de visitantes, além de aprofundarem o conhecimento do património associado à Batalha de Aljubarrota.

O objetivo principal da Fundação mantém-se: restaurar, tanto quanto possível, a paisagem tal como existia na parte principal do campo de batalha, conciliando-a com as alterações inevitáveis decorrentes da evolução urbana e da instalação de infraestruturas contemporâneas. Esta compatibilização entre a preservação do passado histórico e a vivência do presente coletivo é uma das preocupações centrais da ação da Fundação, refletindo o seu compromisso com a memória, a identidade e o interesse público.



Imagem da Capela de São Jorge, mandada construir pelo Condestável, D. Nuno Álvares Pereira, em 1393, no local onde esteve o seu pendão durante a Batalha, sita no Campo Militar de Aljubarrota

Importa salientar que a classificação do Campo Militar de Aljubarrota abrange não apenas o local onde efetivamente se travou a batalha, mas também a denominada 1.ª Posição, correspondente ao ponto inicialmente ocupado pelo exército português antes da retirada estratégica para o terreno onde viria a ocorrer o combate decisivo, atualmente ocupado pelo CIBA — Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota — e pela Capela de São Jorge.

A 1.ª Posição, localizada na Quinta do Fidalgo, no concelho da Batalha, constitui um espaço de elevada relevância histórica, patrimonial e simbólica. Com o objetivo de valorizar e interpretar este importante momento estratégico da batalha, a Fundação promoveu a construção de um centro museológico dedicado à sua interpretação, instalado num edifício de reconhecido valor arquitetónico, concebido pelo Arquiteto Gonçalo Byrne.

Com vista a assegurar a preservação, valorização e adequada proteção deste local classificado, bem como a apoiar a sua divulgação junto do público, a Fundação procedeu à aquisição de diversos terrenos na área envolvente. Em articulação com a Câmara Municipal da Batalha e mediante alteração ao loteamento existente, foi possível concretizar a unificação de 19 lotes num único lote — o lote n.º 13 — onde se encontra atualmente implantado o edifício da 1.ª Posição.

Para além deste lote principal, a Fundação é ainda proprietária dos lotes 4 a 7, do lote 9, de parte do lote 10 e do lote 11, perfazendo um total de 26 lotes adquiridos entre os anos de 2002 e 2009. No âmbito de uma política de gestão racional e sustentável dos seus ativos, a Fundação encontra-se atualmente a ponderar a possibilidade de solicitar autorização à Presidência do Conselho de Ministros para a alienação dos lotes considerados excedentários. O objetivo desta medida consiste em reinvestir o produto da eventual venda na recuperação do edifício e na renovação dos conteúdos expositivos do Centro de Interpretação da 1.ª Posição, espaço que necessita, atualmente, de intervenções de conservação e da definição de uma estratégia de reativação sustentada, em colaboração com a Câmara Municipal da Batalha.

Neste contexto, a Fundação admite igualmente a criação de soluções em parceria com iniciativas culturais e educativas capazes de atrair novos públicos e de integrar este espaço de forma mais dinâmica na oferta cultural e turística da região. Com esse propósito, foram já iniciados contactos preliminares com diversos stakeholders locais e institucionais, visando a construção de uma abordagem sustentável, respeitadora do legado histórico do local e promotora da sua valorização junto da comunidade e dos visitantes.

b) Espólio Afonso do Paço

Entre os anos de 1958 e 1960, o Tenente-Coronel Manuel Afonso do Paço, figura de relevo na arqueologia militar portuguesa, conduziu duas campanhas de escavação no Campo da Batalha de Aljubarrota. O seu trabalho pioneiro permitiu a identificação de importantes testemunhos materiais diretamente associados à batalha de 1385, reforçando o valor histórico e científico deste local emblemático da história de Portugal.

Entre os achados destacam-se um conjunto diversificado de estruturas escavadas em negativo no terreno, com funções de defesa passiva — presumivelmente destinadas a dificultar o avanço da cavalaria inimiga e expô-la mais facilmente às ofensivas do exército português. Além disso, foi identificada uma área de concentração de ossos humanos, interpretada como uma vala comum, onde terão sido sepultados combatentes após o confronto.

O trabalho desenvolvido por Afonso do Paço assumiu um papel determinante na projeção nacional e internacional do Campo da Batalha de Aljubarrota, contribuindo de forma decisiva para uma nova leitura e compreensão das estratégias defensivas adotadas pelas forças portuguesas no contexto do conflito. A sua investigação constituiu um marco relevante no desenvolvimento da arqueologia militar em Portugal, permanecendo a sua memória intimamente associada à valorização científica, histórica e cultural deste campo de batalha.

Em vida, Afonso do Paço manifestou de forma clara a intenção de que os vestígios arqueológicos por si identificados fossem preservados e integrados em contexto público, com finalidades educativas, científicas e patrimoniais. Dando continuidade a esse desígnio, a Fundação passou a ser detentora do espólio documental e pessoal do investigador, generosamente doado pela sua família, assegurando assim a sua preservação e continuidade.

Este espólio, de carácter singular e elevado valor histórico e científico, integra um vasto conjunto de materiais, designadamente fotografias, pastas de trabalho, manuscritos, divisas e insígnias militares, pins, correspondência, recortes de imprensa, diapositivos, placas de

impressão, cartografia e diversa documentação que testemunha décadas de investigação, estudo e dedicação ao Campo da Batalha de Aljubarrota.

Em 2026, a Fundação prevê concluir o processo de tratamento, organização, catalogação e digitalização integral deste espólio, garantindo simultaneamente a sua preservação a longo prazo e a sua acessibilidade ao público. A versão digital resultante deste trabalho será disponibilizada para consulta aberta, promovendo o acesso universal à informação por parte da comunidade académica, investigadores nas áreas da história e da arqueologia, bem como de todos os cidadãos interessados na valorização e divulgação do património cultural.

c) Investigação Científica e Divulgação

A divulgação da importância do Campo Militar de Aljubarrota, bem como do papel decisivo desempenhado pela Batalha de 1385 e das inovações técnico-militares que lhe estão associadas, constitui um dos deveres estatutários fundamentais da Fundação. Este episódio central da história de Portugal assume uma relevância singular, tanto do ponto de vista militar como no enquadramento mais amplo da construção da identidade nacional. Em articulação com a preservação paisagística do território, a realização de trabalhos arqueológicos e a abertura ao público das áreas classificadas como Monumento Nacional, a Fundação desenvolve uma ação contínua orientada para a valorização e interpretação deste património histórico.

Nesse sentido, e em articulação com o trabalho de tratamento e valorização do espólio de Afonso do Paço, a Fundação irá dinamizar, no CIBA, ciclos de conferências, colóquios e debates dedicados ao contexto da batalha, às suas implicações políticas e militares, e ao papel central da Dinastia de Avis. Com esta iniciativa, pretende-se fomentar o intercâmbio com universidades, investigadores, historiadores, entidades congéneres e diversos públicos interessados, reforçando o CIBA como um espaço vivo de reflexão, aprendizagem e diálogo interdisciplinar.

A Fundação assume como missão essencial a promoção da investigação científica e académica sobre este período determinante da história de Portugal, incentivando o estudo aprofundado da Batalha de Aljubarrota e do seu contexto estratégico, político e militar. Desta forma, procura-se reforçar o conhecimento histórico e assegurar a sua divulgação junto da comunidade académica e do público em geral.

Como exemplo desta dinâmica de promoção da investigação científica e académica, em 2025 a Fundação estabeleceu uma parceria com a Associação Ibérica de História Militar (séculos IV-XVI) para a dinamização do «Prémio Jovens Investigadores, Associação Ibérica de História Militar – Fundação Batalha de Aljubarrota».

d) Trabalhos Arqueológicos

A Fundação Batalha de Aljubarrota prevê o desenvolvimento de novas campanhas arqueológicas no Campo Militar de São Jorge, com o objetivo de recuperar vestígios associados à Batalha de Aljubarrota e aprofundar o conhecimento científico sobre o evento. Estas intervenções permitirão também a implementação de um projeto de musealização, com a criação de circuitos visitáveis dedicados às estruturas defensivas medievais identificadas, como as “covas de lobo”.



Zona das covas de lobo no extremo sul do circuito existente, onde se pode verificar à esquerda, o eucalipto, em zona de achados arqueológicos de superfície

A arqueologia tem sido um pilar constante do projeto de valorização do Campo de Batalha de São Jorge, no concelho de Porto de Mós. A última campanha significativa decorreu entre 2018 e 2019, tendo sido cientificamente enquadrada no âmbito de um Projeto de Investigação Plurianual em Arqueologia (PIPA), aprovado pela tutela em 14 de novembro de 2018. O principal objetivo desses trabalhos foi resgatar informação material sobre a batalha, através de métodos de registo arqueológico rigoroso, como o desenho arqueológico, fichas de campo, leitura de cotas, fotografia ortorretificada e análise da evolução topográfica.

Até ao momento, os estudos arqueológicos realizados evidenciam uma clara e assinalável assimetria na investigação entre os setores Este/Sul e Oeste da atual Avenida Nuno Álvares Pereira. O setor Este, em particular, tem sido objeto de múltiplas intervenções desde 1958, beneficiando de condições de terreno mais favoráveis à realização de trabalhos arqueológicos e, conseqüentemente, de um maior grau de conhecimento científico acumulado. Em contraste, o setor Oeste permanece significativamente menos explorado, tendo sido alvo apenas de intervenções pontuais e limitadas. Entre estas destacam-se as sondagens realizadas na década de 1980 pela arqueóloga Helena Catarino, que constituíram as primeiras abordagens sistemáticas a esta área.

Mais recentemente, a campanha arqueológica de 2018-2019, coordenada por Maria Antónia Amaral, veio reforçar o interesse científico deste setor, tendo permitido a identificação de estruturas defensivas com elevado potencial interpretativo, bem como outros vestígios de reconhecida relevância histórica. Estes resultados sublinham a importância de prosseguir a investigação arqueológica de forma mais aprofundada e equilibrada entre os diferentes setores do Campo Militar de Aljubarrota. Os resultados das campanhas arqueológicas têm contribuído de forma significativa para o enriquecimento científico e expositivo do CIBA, tanto na oferta já disponível ao público como na base para futuros circuitos de visita.

A Fundação pretende valorizar este trabalho através da criação de um espaço expositivo próprio, dedicado à arqueologia do campo militar e à evolução do conhecimento científico sobre a Batalha de Aljubarrota.

MAPA DO CAMPO DE BATALHA



Imagem tridimensional esquemática do espaço visitável atual, usada para apoio ao circuito exterior de áudio-guias e a sua localização no terreno. Esta área representa uma pequena parte de todo o Monumento Nacional

e) Expansão dos circuitos visitáveis do campo militar

A visita ao Campo Militar de São Jorge constitui, na sua plena extensão, uma experiência intrinsecamente ligada ao CIBA – Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota e à leitura da sua envolvente imediata, ou seja, o próprio campo de batalha. Este território apresenta características geográficas e topográficas fundamentais para compreender a decisão estratégica das forças lideradas por D. João I, nomeadamente a escolha do local para o confronto decisivo de 14 de agosto de 1385.

Atualmente, o circuito exterior do CIBA integra diversos dispositivos de apoio à interpretação, designadamente os cronotelescópios, que permitem recriar, de forma simples e eficaz, imagens virtuais de momentos específicos da batalha. Esta leitura do espaço é complementada por um sistema de áudio-guia, estruturado em 16 pontos notáveis e dois níveis de interpretação, ajustáveis à sensibilidade e interesse do visitante, disponibilizado em oito idiomas: português, castelhano, catalão, inglês, francês, alemão, italiano e japonês.

Não obstante estes recursos, a área atualmente visitável permanece reduzida quando comparada com a extensão real do planalto de São Jorge onde se desenrolou o combate, o que limita a compreensão integral da dimensão espacial do acontecimento histórico. Ainda que o visitante possa recorrer a um modelo digital do terreno (MDT) disponível no CIBA, que facilita a perceção global da topografia, verifica-se que tal representação não substitui a experiência direta de contacto com o espaço físico.

Neste contexto, a visita ao exterior do centro tem vindo a assumir uma relevância crescente, sendo considerada essencial para uma interpretação mais completa e sensorial do território, mesmo com os atuais meios de apoio à leitura do espaço.

Um dos projetos que a Fundação tem em fase de elaboração passa pela criação de um circuito, junto ao Vale da Mata, Sector Este do campo, assente na identificação de novos pontos de

interesse e onde serão necessárias algumas intervenções do ponto de vista das acessibilidades, uma vez que se trata de um percurso com cerca de 2,86 Km, que de uma forma lúdica/pedagógica, através da fruição e interpretação dos espaços naturais, possa cativar os visitantes e as populações locais para a importância do sítio.

O percurso proposto assenta na utilização de caminhos existentes e na criação de novos acessos em terrenos da FBA, articulando diferentes zonas do Campo Militar de São Jorge, nomeadamente a área do Tojal, Fontes Vais e Vale da Mata. O trajeto será circular, com início e fim no CIBA, integrando zonas de elevado interesse histórico e arqueológico, como as covas de lobo e áreas associadas à vanguarda e ala esquerda do exército português.

Este circuito prevê ainda uma forte ligação aos trabalhos arqueológicos em curso, permitindo ao público um contacto direto, embora devidamente salvaguardado, com a investigação *in situ*, promovendo simultaneamente a valorização científica, educativa e patrimonial do território. Neste sentido durante o ano de 2025 desenvolveu-se um longo trabalho de preparação do caderno de encargos e documentação acessória para o lançamento do Concurso de Ideias que permitirá aprofundar o desenvolvimento destes projetos.

f) Plano Pormenor de Salvaguarda de São Jorge

A Câmara Municipal de Porto de Mós (CMPM) lançou, em 2020, o procedimento para a elaboração do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Campo Militar de São Jorge, reconhecendo a necessidade de dotar esta área classificada como monumento nacional de um instrumento de gestão territorial adequado à sua especificidade histórica, paisagística e urbanística.

Este plano reveste-se de particular importância por incidir sobre uma zona de elevada sensibilidade patrimonial e histórica, inserida num território vasto e heterogéneo, onde coexistem áreas urbanas, espaços agrícolas, zonas naturais e núcleos edificados dispersos. Assim, todas as propostas de intervenção — tanto em espaço público como privado — deverão respeitar este contexto e assegurar critérios rigorosos de preservação, integração paisagística e qualificação urbana. Estão incluídas neste esforço as infraestruturas viárias, intervenções no edificado existente, bem como novas construções, que deverão obedecer a princípios compatíveis com a proteção do património e da memória do local.

Contudo, no início de 2024, a CMPM deliberou declarar caducado o procedimento anteriormente iniciado e, simultaneamente, aprovou o reinício do processo, aproveitando os atos e formalidades já praticados. Esta decisão foi formalizada através do Aviso n.º 766/2024, publicado no *Diário da República* n.º 9/2024, Série II, de 12 de janeiro de 2024. O novo prazo de elaboração do plano foi fixado em 12 meses.

A Fundação Batalha de Aljubarrota, embora não tenha competências formais na condução deste processo, reconhece a sua relevância estratégica. A conclusão deste Plano de Pormenor será essencial para garantir a estabilização das regras de ocupação e uso do solo na área classificada, assegurando um enquadramento normativo claro que permita proteger o eixo central do campo de batalha e as suas zonas de expansão Este e Oeste. Será também um instrumento crucial para conciliar os valores patrimoniais com as dinâmicas locais, viabilizando intervenções que respeitem o espírito do lugar e a sua monumentalidade histórica.

A Fundação acompanhará de perto a evolução do procedimento, mantendo a sua disponibilidade para colaborar com as autoridades competentes e os demais stakeholders na prossecução dos objetivos comuns de preservação, valorização e transmissão do legado histórico de Aljubarrota.

Nesse sentido, a Fundação convidou e reuniu com a CCDR Centro e a Camara de Porto de Mós com o objetivo de construir consensos capazes de facilitar a criação de instrumentos de proteção territorial adequados à preservação do espaço monumental

À data de hoje não é evidente que a Camara Municipal de Porto de Mós e a CCDR Centro optem pela execução do Plano de Pormenor, o que virá dar mais importância ao Concurso de Ideias onde ambas as Instituições estarão representadas. Esta dúvida tem vindo a aumentar a importância e oportunidade do Concurso de Ideias que a Fundação irá realizar para enquadrar as alterações futuras no Campo de Batalhe e aumentar a sua integração com o Centro de Interpretação.

4. CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA BATALHA DE ALJUBARROTA (CIBA)

a) O funcionamento do Centro de Interpretação

Desde a sua inauguração em 2008, o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA) tem registado um movimento consistente e apreciável de visitantes, consolidando-se como um dos principais polos culturais e pedagógicos do país. Este interesse resulta, em grande parte, da qualidade reconhecida do espetáculo multimédia e da oferta cultural cuidadosamente concebida, que têm vindo a ganhar notoriedade junto do público nacional e internacional.

A originalidade da experiência proporcionada pelo CIBA, aliando recursos tecnológicos imersivos à interpretação rigorosa de um dos momentos fundadores da história de Portugal, permitiu que o Centro se tornasse uma referência incontornável da oferta museológica portuguesa. A singularidade deste espaço reside na sua localização no próprio campo onde decorreu a Batalha de Aljubarrota, possibilitando ao visitante não só compreender o contexto histórico e político do acontecimento, como também percorrer fisicamente os locais onde se desenrolaram os principais episódios da batalha, com o apoio de interpretação científica e acessível.

A capacidade do CIBA em integrar narrativa histórica, rigor académico e recursos museográficos de excelência tem sido fundamental para o seu sucesso. Com esta abordagem, o Centro consegue captar o interesse de diferentes públicos — desde escolas e famílias a investigadores e turistas culturais — que aqui encontram um espaço de conhecimento, reflexão e contacto direto com o território histórico.

Consciente da necessidade de manter a sua oferta expositiva atualizada e atrativa, a Fundação Batalha de Aljubarrota tem promovido, de forma contínua, ações de renovação e valorização dos seus núcleos museológicos.

Mais recentemente, os Núcleos 1 e 3 — que abordam, respetivamente, a conjuntura político-social de Portugal e da Europa antes da Batalha, e a arqueologia resultante das escavações no

campo de Aljubarrota — foram objeto de requalificação de conteúdos e design expositivo, reforçando o carácter dinâmico e pedagógico do Centro.

Em termos de afluência, os dados de 2025 confirmam a tendência de crescimento de visitantes, retomando o fluxo positivo interrompido pelos efeitos da pandemia de Covid-21. A progressiva recuperação reflete não só a resiliência da instituição, como também o interesse renovado do público pelo património histórico e cultural nacional.

Visitantes	2025	2024	2023	2022	2021
Escolas	18.408	19.141	16.767	12.820	2.386
Grupos de adultos	3.975	2.963	2.970	1.574	516
Visitantes ocasionais	11.435	10.523	10.111	10.165	6.400
Operadores turísticos	113	235	134	118	687
Total	33.931	32.862	29.982	24.677	9.989

Mantendo a base do atual modelo de funcionamento do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA), a Fundação tem como objetivo alcançar, em 2026, a marca dos 50 mil visitantes anuais, acumulando 100.000 visitantes no triénio. Este crescimento sustentado será apoiado por um conjunto de ações estratégicas que visam não só aumentar o número de visitantes, mas também reforçar a notoriedade e imagem institucional do CIBA, enquanto espaço de referência cultural e educativa.

No plano operacional, serão implementadas iniciativas especiais em diferentes âmbitos, centradas na valorização dos conteúdos e experiências de visita, tanto no espaço museológico interior como nos circuitos ao ar livre. Esta abordagem visa enriquecer a experiência do visitante e consolidar o posicionamento do CIBA como um centro de excelência na interpretação da história militar medieval portuguesa. Além disso, será intensificado um programa que contempla eventos temáticos, atividades educativas, recriações históricas, oficinas e ações culturais diversificadas, de modo a ampliar a atratividade do espaço junto de públicos distintos, como famílias, estudantes, investigadores e turistas culturais.

Como parte da sua estratégia de crescimento, o CIBA será também integrado em Roteiros Turísticos e Culturais de escala regional e nacional, que potenciam sinergias entre equipamentos culturais com afinidades temáticas ou geográficas. Destacam-se, neste contexto, dois eixos estratégicos:

- Roteiro de Proximidade, que articula o Castelo de Porto de Mós, o CIBA, Mosteiro da Batalha e eventualmente o Mosteiro de Alcobaça, promovendo a circulação de visitantes num eixo territorial com grande densidade histórica e patrimonial.
- Roteiro da Independência, que reúne os locais históricos de Atoleiros, Trancoso e CIBA, promovendo um percurso temático centrado nos momentos fundacionais da independência nacional e no papel determinante da Dinastia de Avis.



Teatro "A Magia do Natal – Dezembro 2025

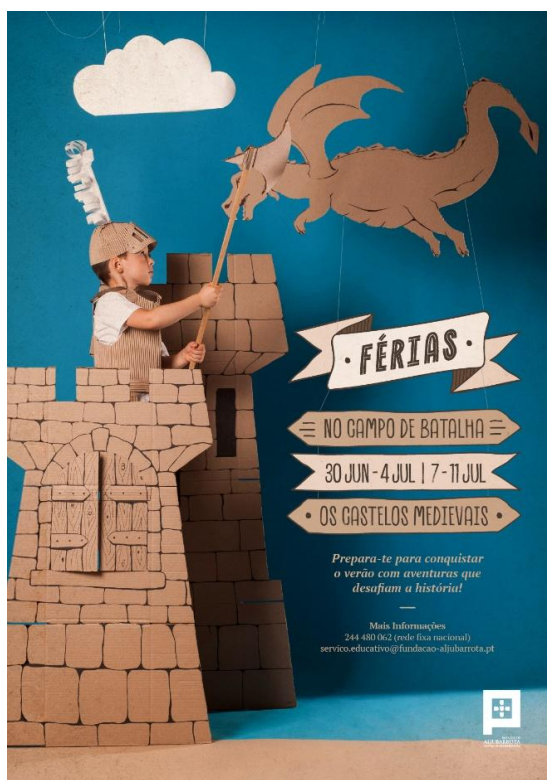
b) Loja do CIBA

A loja do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA) continuou, ao longo do ano, a procurar melhorar e diversificar o seu conjunto de produtos, reforçando o seu papel complementar na experiência proporcionada aos visitantes. Ao longo dos últimos dez anos, este espaço tem vindo a afirmar-se como um importante ponto de valorização da identidade histórica e cultural associada à Batalha de Aljubarrota, disponibilizando artigos cuidadosamente selecionados e alinhados com a missão da Fundação.

Esta década de atividade permitiu acumular um conhecimento sólido sobre as preferências, interesses e expectativas do público, possibilitando uma gestão cada vez mais informada e orientada. Nesse contexto, destacam-se alguns dos produtos recentemente introduzidos, nomeadamente a banda desenhada *A Batalha*, da autoria de Pedro Massano, que rapidamente se tornou um dos artigos mais procurados da loja. A obra foi distinguida com os prémios de "Melhor Argumento Nacional" e "Melhor Desenho para Álbum Português", reconhecimento que contribuiu significativamente para a sua notoriedade e procura junto do público. De igual forma, a introdução da nova linha "Batalhas da Independência" revelou-se um sucesso, registando uma grande aceitação por parte dos visitantes e contribuiu para um aumento considerável das receitas diretas da loja. O esforço contínuo de atualização, curadoria e diversificação da oferta refletiu-se igualmente nos resultados alcançados. Em 2025, a loja registou um crescimento de 18,5% nas suas receitas face ao ano anterior, evidenciando não só uma gestão eficaz, mas também a crescente valorização dos conteúdos e artigos associados à narrativa histórica da Batalha de Aljubarrota.

c) Serviços Educativos (Jovens)

A Fundação pretende reforçar a ação do Serviço Educativo, apostando na captação de mais escolas do ensino público e privado, um segmento prioritário que representa atualmente mais de metade dos visitantes do Centro.



Ateliers temáticos, Férias 2025

Neste contexto, foi iniciado um modelo de Atividades de Tempos Livres (ATL) durante os períodos de pausa escolar, com atividades lúdico-pedagógicas destinadas a crianças e jovens, tendo como enquadramento o contexto histórico da Batalha de Aljubarrota. Esta iniciativa visa atrair novos públicos e promover, desde cedo, o interesse pela história nacional.

Paralelamente, o Serviço Educativo será reforçado através do alargamento do apoio à edição de banda desenhada, dando continuidade a um percurso já consolidado e ampliando a oferta com novas publicações dirigidas ao público escolar. A Fundação irá igualmente priorizar a expansão da literatura infantojuvenil, entendida como um instrumento essencial de comunicação com as gerações mais jovens e uma forma eficaz de reforçar a sua missão educativa e cultural.

De forma complementar, e no seguimento do protocolo estabelecido com a Quinta do Escuteiro, será aprofundada a relação com este grupo juvenil, através da promoção de ações conjuntas centradas na valorização do território, da memória histórica e do espírito de cidadania ativa, pilares fundamentais da missão educativa da Fundação.

d) Corporate

A Fundação identifica no segmento empresarial uma oportunidade estratégica de expansão e diversificação de públicos, apostando no desenvolvimento de uma oferta especificamente dirigida a empresas. Esta iniciativa visa valorizar o potencial do Campo de Batalha de Aljubarrota enquanto espaço diferenciador, capaz de proporcionar experiências únicas em contexto histórico.

Neste âmbito, estão previstas diversas tipologias de atividades, incluindo ações de formação, iniciativas de *team building* e eventos institucionais e corporativos. Entre estes, destacam-se conferências, encontros empresariais e almoços temáticos, concebidos para aliar o rigor organizativo a um ambiente inspirador e culturalmente enriquecedor.

Desta forma, a Fundação procura reforçar a sua ligação ao tecido empresarial, promovendo experiências que combinam património, aprendizagem e *networking*, enquanto diversifica as suas fontes de público e potencia novas formas de valorização do espaço histórico



Participação na Bussiness Tour Feira de empregabilidade organizada pelo Departamento de Turismo do Instituto Politécnico de Leiria – Peniche

Neste contexto, está em fase de implementação um conceito exclusivo, desenvolvido pela Fundação, sob a designação “Atingir o Impossível”, que procura estabelecer uma parceria ativa de gestão com empresas da região envolvente. Este conceito visa associar a resiliência e inovação demonstradas na Batalha de Aljubarrota à realidade contemporânea das organizações, promovendo experiências únicas e diferenciadoras, que combinam valores históricos, espírito de superação e construção coletiva.

e) Famílias

A Fundação está a reforçar a sua integração em roteiros turísticos de referência na região Centro, através da criação do “Roteiro de Proximidade”, que articula visitas ao Mosteiro da Batalha, ao CIBA e ao Castelo de Porto de Mós, a disponibilizar através de um bilhete conjunto para uma experiência cultural integrada.

Este roteiro será disponibilizado ao público através de um bilhete conjunto, facilitando o acesso coordenado aos três espaços e promovendo uma experiência enriquecida e articulada para os visitantes. Esta iniciativa pretende reforçar a atratividade da região Centro como destino de turismo cultural, alavancando o património local e estimulando a mobilidade entre concelhos próximos. Em paralelo, a Fundação tem vindo a intensificar a promoção junto de unidades hoteleiras da região, com o objetivo de desenvolver pacotes de fim de semana orientados para famílias interessadas em turismo histórico e educativo. Estas iniciativas procuram aumentar a atratividade do destino, prolongar a estadia dos visitantes e contribuir para a dinamização do turismo cultural e da economia local.



História Viva e ao Vivo, Fevereiro 2025 – Homens de Armas e Ofícios do Séc XIV

f) Séniores

A Fundação pretende desenvolver uma oferta cultural e educativa mais direcionada para o público sénior, reconhecendo o crescente interesse deste segmento por programas culturais de qualidade e o papel ativo que desempenha na valorização da história e do património. Neste sentido, será dada prioridade à criação de programas específicos adaptados a este público, promovendo experiências de visita acessíveis, participativas e enriquecedoras. Estas iniciativas visam garantir uma fruição plena dos conteúdos culturais, ajustada às necessidades e expectativas dos visitantes seniores.



Visita Séniores da Junta de Freguesia de Vilar de Mouros – junho 2025

Paralelamente, a Fundação promoverá a celebração de protocolos com diversas Câmaras Municipais, em particular aquelas com as quais mantém maior proximidade geográfica, institucional ou histórica. Estes acordos terão como objetivo estabelecer parcerias regulares que facilitem a mobilização organizada de grupos seniores, reforçando assim a ligação entre a

g) Outras Atividades

A Fundação tem vindo a desenvolver um programa contínuo de atividades orientadas para a valorização e divulgação do Campo de Batalha de Aljubarrota, reforçando a ligação entre o património histórico e o público através de experiências imersivas e participativas.

Entre as iniciativas mais relevantes destacam-se os “quadros vivos” da Batalha de Aljubarrota, nos quais figurantes recriam momentos decisivos do confronto de 1385.

Estas encenações permitem uma representação rigorosa dos acontecimentos históricos, reproduzindo com detalhe os trajes, as movimentações e o ambiente bélico da época, proporcionando aos visitantes uma compreensão mais próxima e envolvente do episódio histórico.

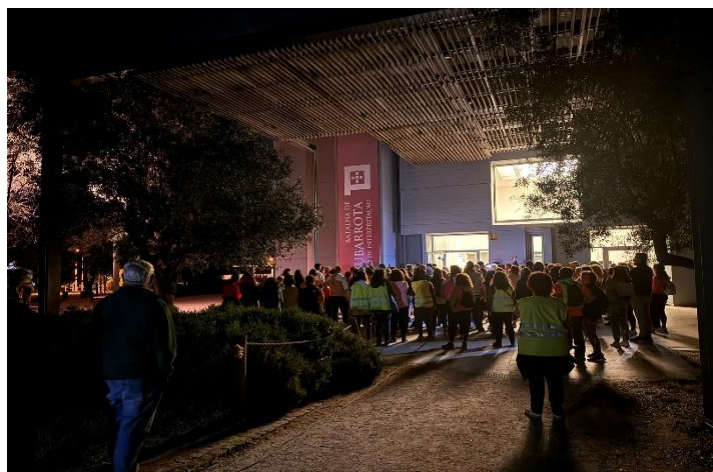


Com particular relevo, assinalam-se também as comemorações do dia 14 de agosto, data do 640.º aniversário da Batalha de Aljubarrota, realizadas com a colaboração do Exército Português. O evento incluiu uma recriação dos quadros da batalha, apresentada em formato de espetáculo aberto ao público, proporcionando uma experiência marcante e emocionalmente impactante, que celebrou a importância histórica da vitória portuguesa.



Comemorações da Batalha de Aljubarrota, 14 de agosto de 2025

Complementarmente, a Fundação organiza provas abertas ao público com réplicas de armas medievais, oferecendo experiências únicas como o tiro ao arco tradicional, atividade que tem granjeado particular interesse junto de visitantes de todas as idades. Estas ações promovem o contacto direto com as técnicas militares da Idade Média, numa perspetiva pedagógica e lúdica. Adicionalmente, são promovidos passeios e percursos interpretativos que seguem as rotas aproximadas dos movimentos dos exércitos português e castelhano no contexto da Batalha de Aljubarrota. Estes percursos são guiados e contextualizados historicamente, permitindo aos participantes reviver a geografia do confronto e compreender melhor a tática e o génio militar que marcaram esta vitória decisiva na consolidação da independência portuguesa.



Caminhada Tok'Andar - junho 2025

Estas atividades, para além de reforçarem a componente educativa do projeto da Fundação, contribuem ativamente para a valorização cultural e turística da região, oferecendo experiências diferenciadoras e historicamente fundamentadas.



Receção ao Professor – setembro de 2025

Inserido no âmbito do enriquecimento, da diversidade, das atividades e do objetivo de aproximação e consolidação da relação com os residentes e entidades e instituições locais, a Fundação tem vindo a desenvolver diversas ações com o apoio destes parceiros, fundamentais para a divulgação do Centro de Interpretação (CIBA) e da própria Fundação.

Estas iniciativas contribuem para a ampliação da rede de contactos e para a criação de dinâmicas de envolvimento com diferentes públicos, potenciando a sua transformação em potenciais prescritores e “embaixadores” da instituição, com capacidade para atrair novos visitantes e reforçar a notoriedade do Centro.



Encontro de Ex-Deputados da Assembleia da República Portuguesa

Nesse âmbito, o CIBA desenvolveu e acolheu ações relevantes, como a Caminhada “Rumo à Independência”, na qual se recria o percurso do Exército Português, desde o Castelo de Porto de Mós até ao Campo de Batalha em 1385, a Receção ao Professor, realizada em setembro, onde com o apoio da Câmara de Porto de Mós foi efetuada uma visita ao CIBA e o encontro de ex-deputados da Assembleia da República, um evento/visita onde se reuniu este grupo. A Fundação reconhece que estas iniciativas acrescentam valor, visibilidade e notoriedade ao seu trabalho, contribuindo de forma significativa para a sua projeção e consolidação junto de novos públicos.

5. PARCERIAS

A Fundação pretende alargar o seu trabalho no âmbito da recuperação e divulgação do património cultural, reforçando o seu compromisso com a preservação da memória histórica e com a valorização dos bens culturais sob a sua tutela.

Neste contexto, assume particular relevância o reforço da cooperação com outras entidades e projetos que partilhem os mesmos objetivos, promovendo sinergias que contribuam para a salvaguarda do património e para a sua maior difusão junto do público.

Esta articulação visa igualmente fortalecer os laços de identidade cultural, potenciando o impacto das iniciativas desenvolvidas e consolidando o papel da Fundação enquanto agente ativo na promoção e valorização do património cultural.

a) Sociedade Histórica da Independência de Portugal

No âmbito da cooperação institucional estabelecida entre a Fundação e a Sociedade Histórica da Independência de Portugal (SHIP), foi concretizada uma colaboração estratégica assente na definição de objetivos comuns no domínio da preservação, reabilitação, valorização e divulgação do património cultural e da identidade nacional. Este entendimento conjunto reflete uma visão partilhada de salvaguarda e promoção da memória histórica de Portugal, reforçando o compromisso de ambas as instituições com a investigação, a educação e a difusão do conhecimento histórico.

Este instrumento de cooperação estabelece igualmente as bases para o apoio da Fundação ao futuro Museu da Independência, a desenvolver pela SHIP no Palácio da Independência, em Lisboa. Neste contexto, a Fundação procedeu à alocação de um montante de 200.000,00€, destinado exclusivamente ao desenvolvimento dos conteúdos do denominado Museu da Independência – Portugal 900 Anos, com especial enfoque no período do Interregno (1383-1385) e na consolidação da Dinastia de Avis. A Fundação assume igualmente a responsabilidade pela orientação e acompanhamento desses conteúdos, assegurando a sua coerência histórica.



Visita à Sociedade Histórica da Independência de Portugal (SHIP), do presidente do Conselho de Administração da Fundação, Dr. António Palma Ramalho onde foi recebido pelo Dr. José Ribeiro e Castro

No âmbito do protocolo de colaboração estabelecido, a Fundação passará a dispor do direito de utilização de duas salas no Palácio da Independência, em Lisboa. Estes espaços serão

dedicados à apresentação de conteúdos relacionados com o trabalho desenvolvido pela FBA na valorização dos campos de batalha, com especial destaque para o Roteiro da Guerra da Independência — incluindo os campos de Atoleiros, Trancoso e Aljubarrota — bem como para o trabalho realizado na recuperação de campos militares no âmbito do Roteiro da Guerra da Restauração.



Imagem virtual das futuras salas da Fundação no Palácio da Independência, em Lisboa

Será igualmente valorizada a temática do pós-Aljubarrota e o seu impacto na subsequente expansão marítima portuguesa, contribuindo para uma leitura mais ampla, integrada e interpretativa dos processos históricos associados à formação e consolidação da identidade nacional.

O conjunto incluirá ainda um espaço especificamente equipado com os meios técnicos e logísticos necessários à sua utilização, designadamente projetores, monitores, cadeiras de encostar, mesas de conferência e mobiliário modular, permitindo a realização de atividades expositivas, formativas e de divulgação científica, em condições adequadas de funcionalidade e versatilidade.

b) Património Cultural, IP e Município de Guimarães

A Fundação estabeleceu com o Património Cultural, IP e o Município de Guimarães a 4 de abril de 2025, em Guimarães, dois protocolos com o objetivo de proteger, valorizar e promover uma intervenção sustentada no património histórico-cultural daquele concelho tendo em conta a identidade desse património, da Dinastia e Avis com a missão da Fundação.

Entre os acordos estabelecidos, destaca-se o protocolo que prevê a colaboração para o restauro do Padrão de D. João I, monumento nacional classificado desde 1910. Este acordo envolve cooperação técnica, científica e financeira entre as entidades envolvidas, com vista à sua recuperação e valorização.

Importa referir que o Padrão de D. João I foi alvo de vandalismo, tendo, na altura sido realizada uma avaliação técnica por uma equipa do Património Cultural, IP, com vista à definição das medidas necessárias à sua recuperação.



Assinatura do Protocolo para a recuperação do Padrão de D. João I

No âmbito do protocolo agora assinado, está prevista a reabilitação do monumento de acordo com as melhores práticas de conservação e restauro, bem como a execução de uma réplica destinada às coleções da Fundação para efeitos de divulgação e valorização patrimonial.

6. FILME BIOGRÁFICO DE NUNO ALVARES PEREIRA

Com o objetivo de enriquecer a experiência dos visitantes do CIBA, a Fundação desenvolveu, entre 2021 e 2024, um novo filme multimédia, concebido como um recurso interpretativo estruturante, orientado para a valorização e divulgação do património histórico associado à Batalha de Aljubarrota e à figura de Nuno Álvares Pereira.

A estreia desta produção realizou-se no dia 23 de junho de 2025, no âmbito de uma cerimónia institucional que contou com a presença de diversos convidados e representantes de entidades públicas e parceiras, presidindo ao evento S. Exa., a Ministra da Cultura, Juventude e Desporto, Dra. Margarida Balseiro Lopes, evidenciando, assim, a relevância do investimento realizado na modernização dos conteúdos expositivos e na qualificação da experiência de visita. Este momento constituiu um marco importante na estratégia de reforço da atratividade e da capacidade comunicacional do Centro.

Este segundo filme, amplia os conteúdos do espaço audiovisual do Centro, reforçando a oferta cultural e educativa do equipamento.

A Fundação orgulha-se especialmente deste projeto, que retrata a vida e obra de Nuno Álvares Pereira, uma das figuras mais emblemáticas da História de Portugal. Considerado o maior herói nacional, Nuno Álvares Pereira destacou-se durante cerca de 55 anos de intensa atividade política e militar. Ao longo da sua trajetória, mostrou um exemplo de justiça e humanismo, sempre pautando as suas ações pelo respeito aos outros, fossem aliados ou adversários. Foi graças à sua liderança e extraordinária capacidade estratégica que Portugal assegurou a sua independência num momento crucial da sua história. A sua atitude de compaixão e

compreensão, mesmo em tempos de guerra, destacou-se como um legado de grande valor, reconhecido oficialmente pela sua canonização em 2009.



Discurso de estreia do Filme Nuno Álvares Pereira, por S. Exa., a Ministra da Cultura, Juventude e Desporto e pelo presidente do Conselho de Administração da Fundação Batalha de Aljubarrota

A Fundação está convicta de que este reforço dos conteúdos multimédia do CIBA não só enriquecerá a compreensão histórica dos visitantes, como contribuirá também para o aumento do número de visitantes, consolidando o Centro como um espaço de referência na divulgação do património cultural e histórico português.

O investimento total no filme ultrapassa 1.400.000,00€, sendo que a Fundação tem desenvolvido uma política de mecenato, que visa recolher donativos que possam ajudar neste esforço financeiro. Com efeito, a Fundação tem o prazer de comunicar que diversas Câmaras Municipais (Avis, Barcelos, Beja, Oeiras, Sertã, Associação de Turismo de Cascais, empresas e particulares, incluindo estrangeiros, têm aderido a este projeto.



Cenas das filmagens do filme biográfico de Nuno Alvares Pereira

7. ROTEIRO DA GUERRA DA INDEPENDÊNCIA (1383-1385)

Um dos objetivos estratégicos estabelecidos pela Fundação em 2023 é a concretização do circuito integrado das batalhas que marcaram a Guerra da Independência portuguesa, ocorrida entre 1383 e 1385. Este circuito incluirá os principais campos de batalha em território nacional: Aljubarrota, Atoleiros e Trancoso. É importante destacar que a última batalha deste período, a de Valverde (1385), situa-se em território espanhol, perto de Mérida, o que, para já, impossibilita a sua inclusão no projeto.

A valorização conjunta destes três locais permitirá uma visão integrada e aprofundada dos acontecimentos históricos deste notável período da História de Portugal. Uma visita que inclua os três campos de batalha enriquecerá significativamente a compreensão do contexto político, diplomático e militar da época. Além disso, reconhecendo a dignidade e importância histórica destes espaços, poderão transformar-se em pontos-chave do turismo cultural, contribuindo para o desenvolvimento económico e social das regiões onde se inserem.

Cada um destes campos de batalha apresenta um enorme potencial ainda por explorar, não apenas do ponto de vista científico, mas também pedagógico e turístico, com relevância para Portugal, Europa e para o mundo. De facto, estas batalhas estão entre as mais significativas da Idade Média europeia, devido à sua influência na história política e militar daquele período.

A Fundação empenhou-se fortemente nos processos de classificação destes campos de batalha. A classificação do Campo de Batalha de Atoleiros em 2023 marcou a conclusão de um ciclo fundamental, que já incluía os campos de Aljubarrota e Trancoso. Este reconhecimento oficial reforça a proteção e a valorização destes espaços históricos.

Com este importante passo concluído, a Fundação em 2025 continuou a implementar projetos de intervenção nestes locais. Estes projetos visam assegurar a ligação entre os monumentos nacionais e a promoção dos seus conteúdos e espaços museológicos, fomentando a sua divulgação e facilitando o acesso a visitantes e investigadores.

a) Campo da Batalha de Atoleiros

A classificação do Terreiro da Batalha de Atoleiros foi concluída em 2023, tendo sido atribuído o estatuto de sítio de interesse nacional, com grau de Monumento Nacional, localizado na Herdade dos Atoleiros, em Fronteira, conforme o Decreto n.º 3/2023, de 7 de fevereiro, publicado no Diário da República.

Este processo de classificação assume particular relevância histórica, uma vez que a Batalha dos Atoleiros representa a primeira grande vitória de Nuno Álvares Pereira, constituindo um momento determinante no percurso da Guerra da Independência, que viria a culminar nas batalhas de Aljubarrota e Valverde.

Paralelamente ao processo de proteção legal do património, a Fundação concretizou, entre 2022 e 2023, a aquisição da parcela da Herdade dos Atoleiros onde se desenrolou o principal confronto da batalha. Esta aquisição reveste-se de especial importância estratégica, permitindo salvaguardar a integridade da paisagem histórica do local e garantir a sua preservação, evitando

a sua eventual degradação ou descaracterização em contexto de propriedade privada. Com esta aquisição, a Fundação implementou um projeto global de valorização deste local histórico.



Inauguração do projeto de requalificação do Terreiro da Batalha de Atoleiros, 6 de Abril de 2025

A Fundação assinalou a inauguração do projeto do Campo Militar da Batalha de Atoleiros no dia 6 de abril de 2025, numa cerimónia que contou com a presença de diversas entidades institucionais, sublinhando a relevância do momento para a valorização e divulgação do património histórico-militar.

O projeto foi desenvolvido em cumprimento dos prazos estabelecidos e dos procedimentos de licenciamento aplicáveis, tendo incluído a conceção, produção e instalação de conteúdos interpretativos. Estes materiais são compostos por seis painéis informativos, com dimensões de 1,3 metros de largura por 1 metro de altura, integrando textos e ilustrações destinados a apoiar a leitura, interpretação e compreensão do espaço histórico.



Visita ao Terreiro da Batalha de Atoleiros

A intervenção reveste-se de particular importância no reforço da divulgação e preservação da memória histórica associada à Batalha de Atoleiros, contribuindo de forma significativa para a qualificação da experiência de visita e para a valorização do território envolvente. Simultaneamente, esta ação promove a consolidação de uma rede de sítios históricos de referência no contexto da história militar portuguesa, reforçando a articulação entre diferentes espaços patrimoniais e potenciando uma leitura mais integrada e coerente do legado histórico nacional.



Terreiro da Batalha de Atoleiros

Outro ponto de destaque nesta ação é a ligação entre o Terreiro da Batalha e o Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros, criado em 2012 graças à colaboração entre a Câmara Municipal de Fronteira e a Fundação assente num protocolo de cooperação para preservar o campo de batalha e assegurar a sua integração com o Centro de Interpretação, cuja propriedade e gestão pertencem à Câmara. Este acordo permitirá dotar a região de uma oferta cultural significativa, reforçando a preservação e divulgação deste património cultural classificado.



Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros

b) Campo da Batalha de Trancoso

A colaboração entre a Fundação e a Câmara Municipal de Trancoso apresenta um percurso consolidado e de elevada relevância, tendo início em 2005, com a realização de um estudo pioneiro sobre o campo onde decorreu a Batalha de Trancoso. Este trabalho conjunto integrou a fotointerpretação detalhada de toda a área e a prospeção geofísica de zonas consideradas de maior interesse arqueológico e histórico.

Com base nos resultados obtidos, a Fundação, em articulação com a Câmara Municipal, desenvolveu no verão de 2005 intervenções arqueológicas junto à Capela de São Marcos. Estes trabalhos permitiram alcançar resultados significativos, nomeadamente a identificação da localização e do traçado da capela original existente no local. Recorde-se que este espaço terá sido incendiado em 1385 por Don Juan de Castela, no contexto da sua deslocação para a Batalha de Aljubarrota, constituindo um testemunho simbólico dos acontecimentos associados à derrota do exército castelhano em Trancoso.

Este processo colaborativo culminou na classificação do campo militar de Trancoso como Monumento Nacional, através do Decreto n.º 31-E/2012, publicado em 31 de dezembro de 2012. Esta classificação representou um marco decisivo para a proteção e salvaguarda do sítio histórico, particularmente relevante num contexto em que o local se encontrava ameaçado por projetos de construção e pela prevista passagem da variante IC 26. A intervenção das entidades competentes permitiu, entretanto, a alteração do traçado da infraestrutura, garantindo a preservação integral do campo de batalha.

Na sequência da sua proteção formal e no âmbito do projeto de criação do Roteiro das Batalhas da Guerra da Independência, a Fundação tem mantido um diálogo próximo e contínuo com a Câmara Municipal de Trancoso, com vista à concretização do Centro de Interpretação da Batalha de Trancoso. A criação deste equipamento, previsto no protocolo estabelecido entre as duas entidades, assume-se como um passo estruturante na valorização e divulgação do património histórico local, sendo a Fundação um parceiro ativo na sua implementação.

8. ROTEIRO DA GUERRA DA RESTAURAÇÃO (1640- 1668)

Após a promoção e proposta da classificação dos três principais campos de batalha associados à Guerra da Independência, o Exército Português considerou fundamental estender a proteção e valorização aos três principais campos de batalha situados em Portugal relacionados com a Guerra da Restauração. Estes correspondem aos campos de Linhas de Elvas (1659), Ameixial (1663) e Montes Claros (1665).

O processo de classificação do Terreiro da Batalha de Montes Claros foi concluído a 31 de dezembro de 2012, quando foi oficialmente reconhecido como Monumento Nacional, conforme publicação no Diário da República através do Decreto n.º 31-D/2012, na 1.ª série, n.º 252. Atualmente, encontra-se em curso a ampliação da área classificada do Terreiro da Batalha de Montes Claros, abrangendo as Herdades de Travassos e Nogueira, assim como as Herdades da Fuseira e Álamo, através do novo procedimento oficial aberto conforme Anúncio n.º 209/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 171.

Com este avanço, a Fundação alcança um objetivo estratégico fundamental, que permitirá criar e integrar um roteiro cultural completo da Guerra da Restauração, reunindo conteúdos

históricos e espaços museológicos que poderão ser visitados e divulgados de forma integrada, enriquecendo a oferta patrimonial e turística do país.

a) Campo e Padrão da Batalha de Montes Claros

Com o objetivo de preservar e valorizar a paisagem histórica associada, a Fundação inaugurou, em junho de 2024, o projeto de intervenção no Terreiro da Batalha de Montes Claros, disponibilizando-o ao público como espaço de fruição e interpretação patrimonial.

O local continua a assinalar visitas do público contribuindo os painéis explicativos dedicados à Batalha de Montes Claros, acessíveis aos visitantes, contribuindo para uma melhor compreensão dos acontecimentos históricos e da sua contextualização.

O circuito público de visita do local, permite a exploração organizada do espaço. Este percurso será complementado por futuros trabalhos arqueológicos, orientados para o aprofundamento do conhecimento histórico e para o reforço da proteção e valorização contínua do sítio.



Comemorações no Terreiro da Batalha de Montes Claros, 17 de junho de 2025

Este projeto representa um importante passo na divulgação e salvaguarda do património histórico da região, proporcionando aos visitantes uma experiência rica e educativa sobre um dos momentos cruciais da História de Portugal.

a) Centro de Interpretação da Guerra da Restauração

A inauguração do Centro de Interpretação da Guerra da Restauração (CIGR), em junho de 2025 constitui um marco relevante na valorização e divulgação de um dos períodos mais determinantes da história de Portugal, enquadrado entre 1578 e 1668. Este novo equipamento cultural tem como missão promover a compreensão aprofundada dos acontecimentos que conduziram à recuperação da independência nacional, com especial enfoque na Batalha de Montes Claros, um dos momentos decisivos desse processo.

O Centro apresenta-se como um espaço interpretativo dedicado à leitura integrada do contexto político, militar e social da época, permitindo aos visitantes uma abordagem mais clara e estruturada dos acontecimentos que marcaram a transição entre a crise dinástica e a consolidação da Restauração da Independência. Através de conteúdos expositivos e recursos pedagógicos, procura-se proporcionar uma experiência de visita enriquecedora, acessível e fundamentada, contribuindo para a preservação da memória histórica e para a valorização do património associado a este período fundamental da história nacional.



Inauguração do Centro de Interpretação da Guerra da Restauração por S. Exa., o Ministro da Defesa, presidente da Câmara de Borba e pelo presidente da FBA em junho de 2025

Além da exposição permanente, o Centro de Interpretação servirá como ponto de partida para visitas guiadas à Quinta do General, em Borba, antiga propriedade de D. Dinis Melo e Castro, comandante da cavalaria portuguesa nas batalhas do Ameixial e Montes Claros, assim como para visitas ao Terreiro da Batalha de Montes Claros.

A Fundação investiu mais de 400.000 euros para a produção e instalação dos conteúdos do Centro de Interpretação da Guerra da Restauração, com o objetivo de concluir este projeto no primeiro semestre de 2025. Este investimento contribuirá não só para a valorização de um período histórico fundamental, mas também para o fortalecimento do turismo cultural na região do Alentejo.



Uma das salas de exposição do Centro de Interpretação da Guerra da Restauração

b) Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo

Com a inauguração e entrada em funcionamento do Centro de Interpretativo de Castelo Rodrigo, em julho de 2022, propriedade da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo ficou estabelecido mais um importante marco do Roteiro da Guerra da Restauração. Esta Batalha foi a única importante travada fora do Alentejo durante a Guerra da Restauração, a 7 de julho de 1664, tendo o exército português sido comandado por Pedro Jacques de Magalhães, chefiando 2.500 homens, composto por 2.000 infantes e 500 cavaleiros, que enfrentou um exército espanhol de 4.700 homens, constituído por 4.000 infantes e 700 cavaleiros.

A Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo e a Fundação Batalha de Aljubarrota assinaram um Protocolo de Colaboração, onde se preveem atividades conjuntas com o Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota e o futuro Centro de Interpretação da Guerra da Restauração, como a existência de um bilhete único, exposições temporárias recíprocas, estágios de colaboradores nos dois outros Centros, colaboração entre os serviços educativos e uma promoção conjunta.

Esta colaboração é deveras importante, na medida em que o público ficará a dispor de uma oferta cultural conjunta, mutuamente enriquecedora, e que dará uma perspetiva mais completa do esforço e eficácia dos portugueses, sobretudo durante o difícil período da Guerra da Restauração.

Para esta colaboração entre os centros de interpretação contribuiu o facto do Dr. Manuel Braga da Cruz ser também membro do Conselho de Curadores da Fundação Batalha de Aljubarrota.

9. MECENATO

A Fundação Batalha de Aljubarrota (FBA), reconhecida como fundação de utilidade pública, tem vindo a consolidar uma política ativa e estratégica de mecenato cultural, enquanto instrumento essencial de financiamento da sua atividade. As receitas e donativos obtidos através desta via são integralmente afetos a projetos de preservação, valorização e recuperação do património cultural classificado, em alinhamento com os objetivos definidos no seu objeto social.

O estatuto de utilidade pública atribuído à FBA constitui igualmente uma vantagem relevante para as entidades mecenas, ao abrigo do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Neste enquadramento, os donativos concedidos por empresas à Fundação são considerados custos fiscais, beneficiando de uma majoração de 140%, o que incentiva e reforça o envolvimento do setor privado na salvaguarda da memória histórica nacional.

A intervenção da Fundação tem sido determinante na promoção, estudo e recuperação do património cultural português, com particular destaque para a classificação de diversos Monumentos Nacionais. A FBA gere o espaço onde se travou a Batalha de Aljubarrota, incluindo o Centro de Interpretação e o Campo Militar de São Jorge, é proprietária do terreiro da Batalha dos Atoleiros e apoia ativamente iniciativas de valorização do campo da Batalha de Trancoso.

Para além do período da Guerra da Independência (1383–1385), a Fundação tem igualmente assumido um papel relevante na promoção e investigação das Guerras da Restauração (1640–1668), participando na salvaguarda de importantes campos de batalha, nomeadamente as Linhas de Elvas, Ameixial e Montes Claros. Neste contexto, contribuiu também para a criação do Centro de Interpretação da Batalha dos Atoleiros, em Fronteira, e encontra-se envolvida na implementação do futuro Centro de Interpretação da Guerra da Restauração, em Borba.

Com vista à sustentabilidade destes projetos estruturantes, a FBA tem vindo a desenvolver uma política de angariação de mecenato regular, estabelecendo parcerias com empresas e entidades comprometidas com a valorização do património histórico-cultural nacional. Esta estratégia visa assegurar uma receita anual recorrente entre 450.000€ e 500.000€, permitindo um planeamento estável e a continuidade da atividade da Fundação. Em 2025, foram ultrapassados os 800.000,00€, em receitas provenientes de mecenato e donativos, evidenciando a crescente confiança dos parceiros institucionais na missão da FBA.

Através deste compromisso contínuo com o mecenato cultural, a Fundação Batalha de Aljubarrota afirma-se como uma entidade de referência na preservação e divulgação da História de Portugal, promovendo simultaneamente o conhecimento histórico, a educação patrimonial e o desenvolvimento do turismo cultural.

Gostaríamos seguidamente de referir, por ordem alfabética, os mecenas que em 2025 apoiaram ativamente os projetos da Fundação:

- . Jonh David Moore JR
- . Município de Avis
- . Município de Barcelos
- . Nicholas Edwin Scott Thompson
- . Patrick Brian O'Connor
- . Sociedade Agrícola Quinta da Feira
- . Sostate, SA
- . STD – Sociedade de Distribuição de Tabacos, Lda

10. ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA

No seguimento do pedido efetuado pela Fundação Batalha de Aljubarrota, uma vez que se verificou o cumprimento de todos os seus deveres legais, o estatuto de Utilidade Pública foi confirmado e renovado pelo Despacho nº 9366/2019, de 2 de outubro, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 200, de 17/10/2019.

Em 2024, na sequência do pedido apresentado, a renovação do estatuto de utilidade pública foi deferida por 10 anos, sendo válida até 17/10/2034.

11. FUNDO PERPÉTUO

No final de 2003, e para além do seu donativo inicial, o Senhor António Champalimaud instituiu um fundo perpétuo de 7.500.000 euros, com o objetivo de fazer face às despesas de exploração da Fundação e do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota.

Este fundo perpétuo deve, contudo, ir sendo atualizado ao longo do tempo, de forma a preservar o seu valor real. Este fundo perpétuo será constituído não por imóveis ou ativos fixos, mas apenas por depósitos bancários e pela carteira de títulos da Fundação, que poderão proporcionar os rendimentos anuais de que a Fundação necessita. Desta forma o valor da carteira de títulos e dos depósitos da Fundação não deverá ser inferior ao fundo perpétuo, de forma a assegurar a viabilidade da sua atividade.

O capital perpétuo representa o valor mínimo que deverá ter a carteira de títulos da Fundação, depois de deduzida a dívida bancária ou financeira, ou seja, a dívida que vence juros.

Desta forma, o fundo perpétuo de 7.500.000€ atualizado a dezembro de 2025 equivale a 11.253.505,33€ (de acordo com Instituto Nacional de Estatística, atualização de valores com base no Índice de Preços no Consumidor). O valor da carteira, acrescido dos depósitos à ordem e depósitos a prazo, a 31.12.2025 registava um valor total de 18.264.178,43€, portanto, muito acima do referido valor atual do fundo perpétuo.

12. CONSELHO DE CURADORES

O Conselho de Curadores, presidido pelo Dr. Daniel Proença de Carvalho e com a participação de todos os seus membros, acompanhou as principais atividades desenvolvidas em 2025, nomeadamente a evolução da situação financeira da Fundação.

O Conselho de Administração quer expressar a todos os membros do Conselho de Curadores o agradecimento pelo empenho que revelaram nas atividades da Fundação, bem como pelas sugestões que foram expressando ao longo do ano.

13. PERSPETIVAS PARA O ANO DE 2026

a) Governança e Financiamento

Conforme exposto no presente Relatório, a Fundação Batalha de Aljubarrota tem como objetivo reforçar os seus mecanismos de governança e estreitar a relação com os seus parceiros estratégicos. Nesse sentido, encontra-se em fase de planeamento a criação de um Conselho de Mecenias, com o propósito de promover uma maior proximidade e diálogo entre os financiadores regulares e o Conselho de Administração. Esta iniciativa visa não apenas reconhecer o papel fundamental dos mecenias no desenvolvimento da missão da Fundação, mas também criar um espaço de partilha, reflexão estratégica e colaboração de benefício mútuo.

Paralelamente, a Fundação pretende retomar o normal funcionamento do Conselho Consultivo do CIBA, enquanto órgão consultivo privilegiado no apoio às decisões de programação e desenvolvimento cultural do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota.

Com vista à melhoria da sua gestão interna, o Conselho de Administração implementou, em 2024, uma nova estrutura administrativa e financeira, focada no reforço da eficiência e celeridade dos procedimentos, contribuindo para uma resposta mais eficaz aos desafios crescentes da atividade da Fundação.

O Conselho Executivo, por sua vez, continuará a trabalhar no aperfeiçoamento dos mecanismos de informação a partilhar com os restantes órgãos sociais, com o compromisso de, a curto prazo, estender essa comunicação regular também aos Mecenias, promovendo uma cultura de transparência e confiança.

O financiamento da Fundação continuará a assentar, por um lado, na valorização prudente e sustentável dos fundos perpétuos deixados pelo seu Fundador e, por outro, no apoio estruturante dos Mecenias. Neste âmbito, está em preparação um conjunto de iniciativas destinadas a garantir a estabilidade plurianual dos apoios recebidos, com vista a assegurar a continuidade e a ambição dos projetos culturais e científicos em curso.

O Conselho de Administração reafirma, assim, o seu compromisso com a sustentabilidade financeira da Fundação e com a preservação do seu património material e imaterial, princípios que continuam a orientar toda a sua atuação.

b) Execução do Plano Estratégico

O Conselho de Administração continuará focado nas linhas estratégicas definidas: AMPLIAR, APROFUNDAR, ALARGAR E ACTUALIZAR ALJUBARROTA.

- **Ampliar Aljubarrota:** através da valorização do CIBA (inclui criação do Espaço Afonso do Paço e a remodelação das atuais instalações) mas sobretudo a maior integração com o Campo de Batalha e a sua musealização.

- **Aprofundar Aljubarrota:** através da aposta no desenvolvimento do seu serviço educativo, mas apostando igualmente no segmento sénior e investindo na ativação do campo para atração de públicos ocasionais.

- **Alargar Aljubarrota:** através da criação dos Roteiros de Proximidade envolvendo os pontos de interesse próximos, do Roteiro da Independência e no Roteiro da Restauração.

- **Atualizar Aljubarrota:** através de parceria com Universidades e Centros de Competência que nos permitam trazer para o tempo presente os valores da identidade nacional de que este período histórico é exemplo.

A Administração apresentou ao Conselho de Curadores um Plano de Atividades e Orçamento que comportam investimento significativos no valor estimado de cerca de 3.468.802,00€ de que se destaca:

- A criação de percursos no Campo de Batalha capazes de permitir a compreensão e visualização do sistema de defesa, musealizando novas valas e parte do sistema de covas do lobo.

- Desenvolvimento do projeto de requalificação do Terreiro da Batalha de Elvas e enquadramento do respetivo padrão e memorial.

c) Alterações relevantes no CIBA

Finalmente, deixamos uma nota sobre o CIBA, sede da Fundação Batalha de Aljubarrota e elemento essencial para o cumprimento dos seus objetivos fundacionais.

Com o objetivo de sustentar as ambições de crescimento e reconhecimento tanto do CIBA quanto da própria Fundação, propomo-nos continuar a investir na valorização dos dois componentes principais do espaço de visita: o interior e o exterior.

No espaço interior, pretendemos ampliar a área de exposição e renovar os seus conteúdos, apostando na modernização e digitalização da experiência do visitante. Buscamos criar uma maior interatividade entre os conteúdos, potenciando uma aprendizagem experiencial e envolvente. Para isso, estudamos a alteração do layout atual do circuito visitável, de modo a otimizar o fluxo dos visitantes e elaborar um percurso mais intuitivo e atrativo. O lobby de entrada será dotado de um filme de apresentação, com duração entre cinco a sete minutos, que contextualizará a visita. Também planeamos a introdução de uma “loja” como ponto obrigatório de passagem na saída, contribuindo para uma melhor experiência global.

Paralelamente à modernização digital, o centro de interpretação será enriquecido com conteúdos físicos adicionais, tais como réplicas de armaduras e armas, além de componentes arqueológicos, com o intuito de “tridimensionalizar” a visita e aproximar o visitante da história.

A renovação do Auditório Alexandre Patrício Gouveia figura igualmente entre as nossas metas, com o objetivo de tornar este espaço mais versátil e capaz de acolher eventos de maior dimensão, permitindo uma utilização “multíusos” para atividades culturais, sem prejudicar a experiência atualmente oferecida.

Por fim, sentimos a necessidade de criar um espaço de Estudo, Reflexão e Análise, em formato de biblioteca, que disponibilize conteúdos relacionados com a Batalha Real, os seus protagonistas e consequências, promovendo um ponto de encontro para investigadores e interessados.



Armas medievais no Campo Militar de Aljubarrota

No espaço exterior, a melhoria da experiência do visitante é igualmente prioritária. Planeamos revitalizar o campo através de uma intervenção geral e a musealização das “covas de lobo” e

outros vestígios como o fosso, a tardoz da Capela de São Jorge e reprodução de monumentalidade ligada a este período histórico existente noutros pontos históricos do país.

A visita à capela, já acessível ao público, será ampliada com ações especiais que serão previamente validadas com a paróquia e o Município de Porto de Mós. Está prevista a elaboração de uma exposição que ilustrará a evolução arquitetónica da capela ao longo dos séculos.

Para além destas melhorias, planeamos implementar um plano de ativações exteriores no campo de batalha, com iniciativas como:

- Recriações históricas;
- Exposições de caráter didático e explicativo;
- Atividades práticas alusivas à época, como o tiro ao arco;
- Introdução de elementos sonoros para enriquecer a experiência da visita.

Estas ações visam não só a preservação do património, mas também tornar a visita ao CIBA uma experiência cultural rica, inovadora e memorável, contribuindo para a promoção do conhecimento histórico e o desenvolvimento do turismo cultural na região.



Reprodução da armadura de D. João I, no Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota

14. ATIVIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA FUNDAÇÃO

O exercício de 2025 foi marcado por uma gestão financeira prudente e por resultados operacionais globalmente positivos, reforçando a solidez patrimonial da Fundação.

Destaca-se, em primeiro lugar, uma diminuição dos donativos recebidos no âmbito da exploração, que totalizaram 61 mil euros, face aos 157 mil euros registados em 2024. Em contrapartida, verificou-se crescimento nas receitas provenientes da bilheteira, da venda de artigos e da cafetaria. Importa, contudo, destacar o apuramento de ganhos líquidos com a carteira de títulos, no montante de aproximadamente 489 mil de euros (face a 1,9 milhões de euros em 2024).

A Fundação manteve igualmente uma cautela especial no domínio dos custos, sendo que os custos de pessoal representaram 41,91% dos custos operacionais (contra 42,47% em 2024).

O resultado líquido positivo do exercício de 2025, no montante de 233 825 euros, encontra-se fortemente influenciado pelos referidos ganhos com aplicações financeiras, reforçando a sustentabilidade da atividade desenvolvida.

A Fundação mantém uma estrutura financeira robusta, com Fundos Próprios a ascenderem a 31.2 milhões de euros no final de 2025 (face a 30,1 milhões de euros no final de 2024),

O Conselho de Administração decidiu, neste exercício, que a política de atualização do fundo perpétuo deveria corresponder ao valor inicial, devidamente atualizado, de acordo com o INE/IPC. Assim, o montante atual de 11.253.505,33€ corresponde à dotação inicial de 7.500.000€ anualmente atualizada pelo referido índice de preços ao consumidor do ano. O valor do Fundo perpétuo representa o montante mínimo que a carteira de títulos deve assegurar como garantia da sustentabilidade permanente da Fundação. Consegue-se assim assegurar um melhor escrutínio sobre a parcela da carteira de títulos que deve ser assegurada como garantia da sustentabilidade permanente da Fundação. Atualmente a Fundação possui entre ativos financeiros e depósitos um valor total de 18.264.178,43 Euros cumprindo esse requisito de forma segura.

15. APLICAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Conselho de Administração propõe que a variação patrimonial positiva apurada no exercício de 2025, no valor de 233.825,03€, seja transferida para a conta de "Variações Patrimoniais Transitadas".

A conta do Fundo Perpétuo, que representa o valor mínimo que a carteira de títulos e caixa, atualizado a dezembro de 2025, equivale a 11.253.505,33€ € (de acordo com simulação do Instituto Nacional de Estatística, atualização de valores com base no Índice de Preços no Consumidor), estando integralmente cumprida.

16. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Fundação Batalha de Aljubarrota gostaria de agradecer a toda a estrutura do Ministério da Cultura e do Património Cultural o apoio prestado ao projeto de recuperação de seis campos de batalha, de importância relevante para a História de Portugal. Sem o seu apoio estes locais históricos ter-se-iam certamente perdido para sempre.

O Conselho de Administração gostaria de agradecer a estreita colaboração de todos os restantes órgãos estatutários, nomeadamente do Conselho de Curadores na pessoa do seu Presidente, Dr. Daniel Proença de Carvalho e do Conselho Fiscal na pessoa do seu Presidente, Dr. Feliciano Barreiras Duarte.

A Fundação gostaria também de agradecer o acompanhamento que S.A.R, Dom Duarte, Duque de Bragança, Presidente do Conselho Histórico Institucional tem concedido às suas atividades.

Importa agradecer a colaboração e trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Fronteira, , a quem a Fundação agradece todo o empenho na recuperação de património cultural, na criação do Roteiro da Guerra da Independência e no excelente trabalho desenvolvido no Centro de Interpretação da Batalha de Atoleiros.

Relativamente ao Centro de Interpretação da Guerra da Restauração e à obra de requalificação da zona envolvente ao Padrão da Batalha de Montes Claros, a Fundação não pode deixar de salientar o trabalho desenvolvido com a Câmara Municipal de Borba, no cuidado e valorização do património local e a preparação de um lugar de acolhimento do público na vila de Borba.

Na atividade da Fundação, gostaríamos de agradecer o trabalho realizado pela Dra. Maria Antónia Amaral na arqueologia, pela Dra. Luísa Borralho nos arranjos paisagísticos, pelo Cor. Francisco Faria Paulino nos conteúdos expositivos de Aljubarrota e Borba, bem como pela frequente colaboração do Prof. João Gouveia Monteiro, nomeadamente em relação ao filme sobre Nuno Álvares Pereira.

A Fundação agradece a assistência jurídica à Fundação foi também prestada pela Dra. Ana Paula Caldeira e pela Dra. Ana Jardim.

A Fundação agradece ao General António Joaquim Ramalhôa Cavaleiro, diretor de História e Cultura Militar, por toda a colaboração demonstrada. Em Aljubarrota assegurou a participação do Exército nas comemorações do 14 de agosto, ao abrigo do Protocolo assinado em 2016 pelas duas instituições. A Fundação muito agradece esta colaboração, uma vez que será essencial para retratar a figura de Nuno Álvares com a qualidade e com a dignidade que ele merece.

Relativamente à atividade do Centro de Interpretação, o Conselho de Administração gostaria de salientar o notável trabalho desenvolvido por todos os seus colaboradores, que se tem revelado da maior importância para proporcionar um acolhimento amável e sugestivo a todos os visitantes do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, a quem saúda na pessoa do seu Diretor Geral da Fundação, Tiago Paz. A forma como os seus visitantes são recebidos, deverá constituir sempre um fator distintivo deste Centro e um fator determinante para a divulgação da sua imagem.

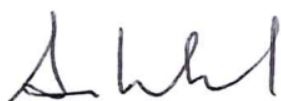
A Fundação gostaria também de saudar as iniciativas conjuntas com a Câmara Municipal de Porto de Mós no seu Presidente Dr. Jorge Vala e no Presidente da Junta de Freguesia da Calvaria de Cima, Luís Silva e desejar os melhores sucessos na conclusão do Plano de Pormenor de São Jorge, no ano de 2025. Também um especial agradecimento ao Presidente da Câmara da Batalha Raul Castro pela colaboração especial nas iniciativas conjuntas. Gostaríamos ainda de agradecer o interesse e empenho revelado pelas Câmaras Municipais de Porto de Mós, Trancoso, Fronteira, Borba, Batalha e Vila Viçosa nos trabalhos desta Fundação, em particular através dos seus Presidentes. A ação destes autarcas foi decisiva para que os locais históricos localizados nos respetivos concelhos possam ser devidamente dignificados e valorizados.

A Fundação agradece igualmente o empenho e rigor do Revisor Oficial de Contas, APPM – Calado, Machado, Ferreira, Filipe, Gomes & Associados, SROC, representada por Ana Isabel Calado Pinto e de toda a sua equipa de auditoria, liderada pela Dra. Célia Mendes, na certificação legal de contas, conforme as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. A Fundação

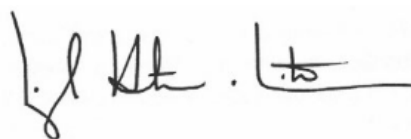
apresenta também ao seu gabinete de contabilidade (NTR, Lda.), na pessoa da Sra. Rosário Carreira, o merecido reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.

Lisboa, 30 de abril de 2025

O Conselho de Administração,



António Palma Ramalho



Miguel Horta e Costa



Diogo Homem Lucena



Catarina Cunha Vieira



José Augusto Fernandes



Anexos

CORPOS SOCIAIS DA FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA

CONSELHO DE CURADORES

Dr. Daniel Proença de Carvalho - Presidente
Prof. Doutor Manuel Pinto Barbosa
Prof. Pedro Gomes Barbosa
Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz
Dr. Jaime Nogueira Pinto

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. António Palma Ramalho - Presidente
Dr. Miguel António Horta e Costa
Dr. Diogo Homem Lucena
Eng. Catarina Cunha Vieira
Dr. José Augusto Fernandes

CONSELHO EXECUTIVO

Dr. António Palma Ramalho – Presidente
Dr. José Augusto Fernandes

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Doutor Mário Jorge Barroca – Professor Associado com Agregação (Faculdade de Letras da Univ. do Porto)
Prof. Doutor Saúl António Gomes – Professor Associado com Agregação (Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra)
Prof. Doutor Pedro Gomes Barbosa – Professor Catedrático (Faculdade de Letras da Univ. de Lisboa)

CONSELHO FISCAL

Dr. Feliciano Barreiras Duarte - Presidente
Sr. Jorge Nelson Quintas
APPM–CALADO, MACHADO, FERREIRA, FILIPE, GOMES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por Dra. Ana Isabel Calado Pinto, ROC n.º 1103

CONSELHO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL

S.A.R. o Duque de Bragança – Presidente
Dr. Adalberto Neiva de Oliveira
Cor. Américo José Guimarães Henriques
Dr. António Barroca Rodrigues
Dr. António Vitorino
Sr. Aprígio Jesus Ferreira dos Santos
Dr. Augusto Santos Silva
Sr. Francisco Faria Paulino
Dr. João Cortez Lobão
Sr. José Oliveira Ferreira
Dr. Luís Ferreira Calado
Prof. Doutor Saúl António Gomes

CLASSE DE PRODUTOS COMERCIALIZÁVEIS COM A MARCA FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA

(BOLETIM DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL DE 31/10/2002)

- CLASSE 8: Utensílios manuais; cutelaria; instrumentos cortantes; armas brancas; artigos de caça.
- CLASSE 13: Explosivos, pós, foguetes, mechas, artifícios, armas de fogo ou de caça e respetivas munições; artigos de caça.
- CLASSE 14: Relojoaria.
- CLASSE 16: Papel, cartão e produtos nestas matérias, não incluídos noutras classes; produtos de impressão; artigos para encadernação; fotografias; papelaria; adesivos (materiais colantes), para papelaria ou para uso doméstico; material para artistas; pinceis; máquinas de escrever e artigos de escritório (com exceção dos móveis); material de instrução ou de ensino (com exceção dos aparelhos); matérias plásticas para a embalagem (não incluídas noutras classes); caracteres de imprensa; clichés (estereótipos).
- CLASSE 18: Couro e peles; selaria, correaria, chicotes; canas, guarda-chuvas, para-sóis, marroquinaria, malas e maletas de viagem.
- CLASSE 20: Escama, marfim, madrepérola, coral, baleia, corno, osso, em bruto ou polidos; cascos e reservatórios; marcenaria, móveis, molduras; camas, colchoaria confeccionada, medidas de madeira, cestaria comum; leques; cestaria fina; artigos de reclame; objetos de arte e de ornamento esculpidos, mobiliário de escola e de ginástica.
- CLASSE 21: Peles, pelos, lãs e sedas; artigos para cozinhas, vidraria, cristais, vidraça, espelhos, porcelanas, faiança, cerâmica; escovas, vassouras, pentes, esponjas e acessórios de *toilette*; artigos de reclame, objeto de arte e de ornamento esculpidos.
- CLASSE 22: Pelos, crinas, lãs e sedas, plumas; cordas, cordame e cordéis de qualquer espécie; plumas, penugens, lãs e crinas preparados para artigos de cama; tendas e toldos, artigos de pesca.
- CLASSE 24: Tecidos e produtos têxteis não incluídos noutras classes; coberturas de cama e de mesa.
- CLASSE 25: Vestuário confeccionado de todos os géneros; chapelaria, figurinos, malhas, luvaria; coletes, sapatos de todos os géneros.
- CLASSE 26: Flores artificiais, bordados, passamanaria; galões, botões, rendas, fitas, retrosaria; agulhas e alfinetes, artigos de reclame.
- CLASSE 27: Tapetes, capachos, esteiras, linóleos e outros revestimentos de soalhos; tapeçarias murais, não em matérias têxteis.
- CLASSE 28: Quinquilharia, brinquedos, jogos diversos; artigos de pesca, de caça e de desporto.
- CLASSE 30: Chocolate, café, chá, cacau, pão, gelados, vinagre e molhos.
- CLASSE 33: Bebidas alcoólicas, incluindo vinhos.
- CLASSE 41: Organização de eventos de carácter cultural e desportivo, organização de conferências e seminários, serviços de formação.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Batalha de Aljubarrota** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 31.345.276 euros e um total de fundos próprios de 31.220.951 euros, incluindo um resultado líquido de 233.825 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Fundação Batalha de Aljubarrota** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Chamamos a atenção para o referido na Nota 23 – Acontecimentos após a data do balanço, do Anexo às demonstrações financeiras, nomeadamente, sobre os danos causados pela Tempestade Kristin, que assolou o país nos primeiros meses de 2026, estimados em cerca de 173 mil euros. A Entidade acionou o seguro e comunicou os prejuízos a diversas entidades, para obtenção de apoios, mas até à data ainda não foi obtida resposta. Adicionalmente, em consequência desses danos, também são esperadas perdas de receita em 2026, estimadas em cerca de 46 mil euros.

É, ainda, referido que nos primeiros meses de 2026 se verificou uma recuperação dos mercados financeiros, que se refletiu na valorização da carteira de títulos da Entidade em janeiro (cerca de 1,74%) e em fevereiro (cerca de 1,45%), tendo essa tendência sido contrariada em março de 2026, quando as bolsas mundiais começaram a sentir os impactos diretos do conflito armado entre os EUA e o Irão, com novas quedas nos mercados internacionais, levando a uma desvalorização na carteira de títulos de cerca de 3,8%.

A Administração considera que o atual cenário de incerteza, decorrente da instabilidade geopolítica, não permite estimar com fiabilidade os impactos futuros que ainda possam vir a ter na situação financeira da Fundação, mas que os níveis dos Fundos Próprios são suficientes para suportar eventuais perdas.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidade do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório.
Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório do Conselho de Administração

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 29 maio de 2026

**APPM – CALADO, MACHADO, FERREIRA,
FILIPE, GOMES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por:



Ana Calado Pinto
(ROC nº 1103 e CMVM Nº20160715)

FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA

BALANÇO INDIVIDUAL

Dezembro de 2025

(montantes expressos em Euro)

Rubricas	Notas	Exercícios	
		2025	2024
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	11 659 873,42	12 723 452,80
Propriedades de Investimento	6	139 234,41	150 968,85
Ativos Intangíveis	7	1 129 319,48	0,00
Outros Ativos Financeiros		1 535,65	1 535,65
		12 929 962,96	12 875 957,30
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	8	57 806,67	48 565,96
Clientes	9	71 916,75	41 685,58
Estado e outros entes públicos	11	39,93	202,08
Outros créditos a receber	10	16 019,16	21 349,35
Diferimentos		5 351,79	4 405,79
Outros ativos financeiros	12	15 831 298,18	14 261 670,85
Caixa e depósitos a ordem	4	2 432 880,25	2 980 863,78
		18 415 312,73	17 358 743,39
TOTAL DO ATIVO		31 345 275,69	30 234 700,69

FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA

BALANÇO

Dezembro de 2025

(montantes expressos em Euro)

Rubricas	Notas	Exercícios	
		2025	2024
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
FUNDOS PRÓPRIOS			
Dotação do Fundador		50 000,00	50 000,00
Fundo Perpétuo		11 253 505,33	11 013 017,43
Dotação Extraordinária do Fundador		14 895 850,24	14 895 850,24
Variações Patrimoniais Transitadas		252 457,98	-1 257 006,65
Outras Variações dos Fundos Próprios		4 535 312,63	3 825 396,33
		<hr/>	<hr/>
		30 987 126,18	28 527 257,35
Resultados líquidos do período		233 825,03	1 621 315,76
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	13	31 220 951,21	30 148 573,11
		<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
PASSIVO			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		39 221,74	25 039,37
Estado e outros entes públicos	11	16 109,31	15 949,84
Outras contas a pagar	14	68 993,43	45 138,37
		<hr/>	<hr/>
		124 324,48	86 127,58
TOTAL DO PASSIVO		124 324,48	86 127,58
		<hr/>	<hr/>
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO		31 345 275,69	30 234 700,69
		<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS Dezembro de 2025

(montantes expressos em Euro)

Rubricas	Notas	Exercícios	
		2025	2024
Rendimentos e Gastos			
Venda e Serviços Prestados	15	283 330,01	243 580,37
Variações de Produção		606,91	5 738,21
Subsídios à Exploração	16	61 000,00	157 076,67
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	8	-57 718,47	-35 043,77
Fornecimentos e Serviços Externos	17	-357 258,21	-374 271,14
Gastos com o Pessoal	18	-300 306,47	-265 217,30
Provisões		0,00	50 000,00
Aumentos/Redução do Justo Valor	12	488 976,83	1 951 025,29
Outros Rendimentos	19	957 331,35	48 718,71
Outros Gastos	20	-525 389,72	-247 505,66
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		550 572,23	1 534 101,38
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	5, 6 e 7	-424 864,35	-152 217,37
Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		125 707,88	1 381 884,01
Juros e rendimentos similares obtidos	21	115 735,57	249 371,42
Juros e gastos similares suportados		-3 593,19	-5 688,05
Resultados antes de impostos		237 850,26	1 625 567,38
Imposto sobre o rendimento do período	11	-4 025,23	-4 251,62
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		233 825,03	1 621 315,76

FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2024

(montantes expressos em Euro)

Movimento do Período	Notas	Dotação Fundador	Fundo Perpétuo	Dotação Extraordinária Fundador	Variações Patrimoniais Transitadas	Outras Variações Fundos Próprios	Variações Patrimoniais do exercício	Totais Fundos Próprios	
Posição no Início de Período	1	50 000,00	10 690 878,26	14 895 850,24	-2 120 630,31	1 999 423,49	1 185 762,83	26 701 284,51	
Alterações do Período									
Aumentos			322 139,17			2 036 800,00		2 358 939,17	
Reduções					-322 139,17	-210 827,16		-532 966,33	
Sub. Total	2		322 139,17		-322 139,17	1 825 972,84		1 825 972,84	
Resultados Líquidos	3						1 621 315,76	1 621 315,76	
Resultado Integral	4=2+3		322 139,17		-322 139,17		3 447 288,60	3 447 288,60	
Operações com detentores de FP									
Aplicação dos resultados de 2023					1 185 762,83		-1 185 762,83	0,00	
Sub. Total	5		0,00		1 185 762,83	0,00	-1 185 762,83	0,00	
Posição no Fim de Período	6=1+4+5	13	50 000,00	11 013 017,43	14 895 850,24	-1 257 006,65	3 825 396,33	1 621 315,76	30 148 573,11

FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2025

(montantes expressos em Euro)

Movimento do Período	Notas	Dotação Fundador	Fundo Perpétuo	Dotação Extraordinária Fundador	Variações Patrimoniais Transitadas	Outras Variações Fundos Próprios	Variações Patrimoniais do exercício	Totais Fundos Próprios
Posição no Início de Período	1	50 000,00	11 013 017,43	14 895 850,24	-1 257 006,65	3 825 396,33	1 621 315,76	30 148 573,11
Alterações do Período								
Aumentos			240 487,90		128 636,77	1 052 053,00		1 421 177,67
Reduções					-240 487,90	-342 136,70		-582 624,60
Sub. Total	2		240 487,90		-111 851,13	709 916,30		838 553,07
Resultados Líquidos	3						233 825,03	233 825,03
Resultado Integral	4=2+3		240 487,90		-111 851,13		943 741,33	1 072 378,10
Operações com detentores de FP								
Aplicação dos resultados de 2024					1 621 315,76		-1 621 315,76	0,00
Sub. Total	5		0,00		1 621 315,76	0,00	-1 621 315,76	0,00
Posição no Fim de Período	6=1+4+5	13	50 000,00	11 253 505,33	14 895 850,24	252 457,98	4 535 312,63	31 220 951,21

FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2024 (montantes expressos em Euro)

	Notas	31.12.25	31.12.24
Atividades Operacionais			
Recebimentos de outros devedores		283 417,47	246 442,73
Pagamentos a fornecedores		-345 024,89	-370 367,32
Recebimentos (Pagamentos) respeitantes a mercadorias		-9 240,71	3 933,00
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à atividade operacional		<u>-211 209,09</u>	<u>-270 556,66</u>
Fluxo das atividades operacionais		-282 057,22	-390 548,25
Atividades de Investimento			
Recebimentos (Pagamentos) respeitantes a:			
Aplicações Financeiras		-580 529,11	313 511,06
Subsídios ao investimento		750 000,00	2 020 100,00
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		-472 870,01	-482 245,54
Propriedades de Investimento		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Fluxo das atividades de Investimento		-303 399,12	1 851 365,52
Atividades de Financiamento			
Recebimentos (Pagamentos) respeitantes a:			
Empréstimos bancários pagos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-3 593,19	-5 688,05
		<u>-3 593,19</u>	<u>-5 688,05</u>
Recebimentos (Pagamentos) respeitantes a:			
Donativos recebidos		47 700,00	132 076,67
Donativos pagos		-6 634,00	-1 634,00
		<u>41 066,00</u>	<u>130 442,67</u>
Fluxo das atividades de Financiamento		37 472,81	124 754,62
Variação de Caixa e seus equivalentes		-547 983,53	1 585 571,89
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 980 863,78	1 395 291,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	<u>2 432 880,25</u>	<u>2 980 863,78</u>
		-547 983,53	1 585 571,89

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O presente Anexo, relativo ao exercício económico que termina a 31 de dezembro de 2025, apresenta as divulgações que a Fundação Batalha de Aljubarrota considera que devem ser relatadas, incluindo o exigido pelo normativo designado por Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), com as adaptações necessárias à apresentação das contas de uma Fundação.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Batalha de Aljubarrota tem a sua sede social na Av^a. D. Nuno Álvares Pereira, n.º. 45, 2º Dt.º. 2480 Calvaria de Cima, em S. Jorge, foi constituída em 15 de março de 2002 e foi reconhecida pelo Ministério da Administração Interna, por despacho de 22 de novembro de 2002, publicado no Diário da República, na II Série, em 16 de dezembro de 2002.

De acordo com o previsto nos seus estatutos, a Fundação tem essencialmente como fins a promoção, a requalificação e a preservação, do ponto de vista patrimonial, cultural e social, dos locais associados à Guerra da Independência, procurando reconstituí-los em museu aberto, com o objetivo de divulgar aos portugueses e aos turistas que nos visitam, esses acontecimentos da História de Portugal.

Em 27 de Setembro de 2003 o Ministério da Cultura concedeu à Fundação Batalha de Aljubarrota o Estatuto de Superior Interesse Cultural, o que permite que desde então, todos os donativos a esta Fundação possam beneficiar dos benefícios previstos no mecenato cultural. Em 29 de agosto de 2003, e por publicação na II Série do Diário da República, a Fundação obteve o Estatuto de Utilidade Pública. O regime de Utilidade Pública das Fundações está hoje regulado na Lei-quadro das Fundações (LQF), aprovada pela Lei nº 36 / 2021, caducando a declaração no prazo de dez anos sobre a data do Despacho. Em 2024 foi renovado o Estatuto de Utilidade Pública à Fundação Batalha de Aljubarrota, válido até 17 de outubro de 2034.

Em princípios de 2004 foi concedida pelo Ministério das Finanças, por despacho do Senhor Diretor Geral dos Impostos de 25.03.2004, a isenção de IRC à Fundação Batalha de Aljubarrota, com efeitos a partir de 5 de agosto de 2003, relativamente aos rendimentos das Categorias B, E e F. Esta isenção foi publicada em Diário da República III Série, de 10 de maio de 2004, na página 10.239, em Despachos, Éditos, Avisos e Declarações.

Durante os exercícios de 2002 a 2007, a Fundação aplicou as importâncias que recebeu do Fundador e de terceiros, a título de Dotações e de donativos, respetivamente, na aquisição de terrenos, na compra de diversos equipamentos, em depósitos e na aquisição de títulos negociáveis. Em 2005 deu-se início ao lançamento do projeto e à construção do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota.

O exercício de 2008 ficou marcado pela conclusão e inauguração do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (2ª posição), que ocorreu em outubro de 2008, tendo os custos totais incorridos sido reconhecidos em Ativos Fixos Tangíveis e sujeitos a depreciação. Ocorreram, ainda, nesse ano, algumas compras e vendas de títulos negociáveis.

Em 2025 ocorreram aquisições de Ativos Fixos Tangíveis (AFT), no montante de cerca de 473 mil euros. As referidas aquisições referem-se, na sua maioria, à conclusão do filme sobre "A vida de Nuno Alvares Pereira", aos arranjos paisagísticos junto ao monumento "Batalha de Atoleiros" e, ainda, à aquisição de equipamentos e conteúdos expositivos a instalar no Centro de Interpretação da Batalha da Restauração (CIGR). O filme sobre a "A vida de Nuno Alvares Pereira", ficou concluído em 2025 e foi transferido para a rubrica de Ativos Intangíveis, por se tratar de um ativo sem substância física, que gera benefícios económicos futuros. A rubrica de AFT inclui uma perda por imparidade de 1.410 mil euros, relativa ao Edifício da 1ª posição do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, atendendo à reduzida rentabilidade desse ativo. A Administração da Fundação considera aquela perda adequada para ajustar o valor contabilístico desse ativo ao seu valor corrente, tendo em atenção, no entanto, o facto de que este valor corrente não poder ser considerado um valor de mercado, por se tratar de um ativo detido por uma Fundação, com uma finalidade cultural e histórica e não lucrativa. Os gastos em 2025 com depreciações do exercício dos AFT e AI ascenderam a 131 mil euros e 282 mil euros, respetivamente. Os apoios obtidos para a produção do referido filme estão a ser reconhecidos em rendimentos, na mesma proporção das amortizações, tendo em 2025 sido reconhecidos rendimentos no montante de 187 mil euros. As aquisições, as depreciações e transferência para AI justificam o decréscimo do saldo da rubrica de Ativos Fixos Tangíveis em cerca de 1 milhão de euros, passando de um valor de Balanço de 12,7 milhões de euros em finais de 2024 para cerca de 11,7 milhões de euros em finais de 2025. Em contrapartida, a rubrica de AI, líquida de amortizações, apresenta um saldo de cerca de 1 milhão de euros.

As Propriedades de Investimento (imóvel em Lisboa para arrendamento) sofreram um decréscimo em 2025, no montante de 11,7 milhares de euros, resultante das depreciações do exercício.

Os ativos financeiros continuam a ser constituídos, sobretudo, por ações e unidades de participação/ títulos de rendimento variável. Esta rubrica aumentou o seu valor de 14,3 milhões de euros em finais de 2024 para os 15,8 milhões de euros em finais de 2025. Esse aumento é, essencialmente, explicado pelas transações ocorridas no ano e pelo efeito do justo valor dos títulos a 31-12-2025.

Os depósitos bancários reduziram de 2.981 mil euros em finais de 2024 para 2.433 mil euros em 2025, para o que contribuiu os investimentos realizados no ano.

O somatório dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis, propriedades de investimento, ativos financeiros e depósitos bancários ascendem a 31,2 milhões de euros em finais de 2025 (30,1 milhões de euros em finais de 2024), representando estas 4 categorias de ativos cerca de 99,5% do Ativo da Fundação em 31 de dezembro de 2025.

A estrutura de Rendimentos e de Gastos da Fundação, em 2025, refletiu o seguinte:

- Uma redução dos donativos recebidos à exploração – 61 mil euros em 2025 (157 mil euros em 2024).
- Um aumento das receitas de bilheteira, venda de artigos e da cafetaria – 283 mil euros em 2025 (244 mil euros em 2024).
- Apuramento dos ganhos líquidos com a carteira de títulos, decorrentes de ajustamentos ao justo valor, no montante de cerca de 489 mil de euros (1,9 milhões de euros em 2024), para o que contribuiu a queda das cotações dos títulos ocorrida em 2025;

- Os outros rendimentos aumentaram de 49 mil euros, em 2024, para 957 mil euros, em 2025, justificado pelas mais-valias realizados com a venda de títulos, imputação a resultados dos apoios recebidos para o investimento e ganhos com forwards cambiais e diferenças de câmbio positivas.
- Os juros e rendimentos similares de aplicações financeiras decresceram de 249 mil euros em 2024 para 116 mil euros em 2025.
- Os gastos com Fornecimentos e serviços externos sofreram um ligeiro decréscimo e passaram de 374 mil euros em 2024 para 357 mil euros em 2025.
- Os Outros gastos aumentaram de 248 mil euros, em 2024, para 525 mil euros, em 2025, para o que contribuiu, essencialmente, as diferenças de câmbio desfavoráveis e menos-valias realizadas com a venda de títulos.
- Os gastos com o Pessoal sofreram um acréscimo, passando de 265 mil euros em 2024 para 300 mil euros em 2025.

O resultado positivo apurado no exercício de 2025, no montante de 233.825 euros está fortemente influenciado pelos ganhos líquidos ocorridos nas aplicações financeiras.

A Fundação continua dotada de uma estrutura financeira sólida. Os seus Fundos Próprios, que ascendem a 31,2 milhões de euros em finais de 2025 (30,1 milhões de euros em finais de 2024), asseguram o financiamento de 99,6% do Ativo Líquido da Fundação, que ascende a 31,3 milhões de euros em finais de 2025 (30,2 milhões de euros em finais de 2024).

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de Preparação e comparabilidade das demonstrações financeiras

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, foi revogado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e as Diretrizes Contabilísticas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010. Assim, para os exercícios que se iniciaram após esta data, a Fundação Batalha de Aljubarrota passou a seguir o preconizado pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), nomeadamente as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As Demonstrações Financeiras foram preparadas na base do regime do acréscimo (periodização económica) e na base da continuidade das operações, com as adaptações necessárias à atividade das Fundações, designadamente no que respeita ao registo contabilístico das rubricas de Fundos Próprios.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, são registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes de acordo com as vidas úteis estimadas dos bens, as quais se avalia como correspondendo às taxas mínimas legalmente aceites para efeitos fiscais, com exceção do referido nos parágrafos seguintes:

Os terrenos têm vida útil infinita pelo que não estão sujeitos a depreciação.

A rubrica de ativos fixos tangíveis inclui alguns bens não sujeitos a depreciação por se tratar de objetos de arte ou outros bens valiosos. Estes bens são anualmente sujeitos a verificação integral, nomeadamente quanto à identificação de eventuais perdas por imparidade, até à data inexistentes.

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Nos exercícios de 2012 até 2020, face à reduzida rentabilidade dos ativos referentes à 1ª posição, a Administração optou por reconhecer perdas de imparidade nos montantes seguintes:

- 2012: 450 mil euros;
- 2013: 210 mil euros;
- 2014: 200 mil euros;
- 2015: 130 mil euros;
- 2017: 60 mil euros; e
- 2020: 360 mil euros.

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

Edifícios	2%
Ferramentas e Utensílios	10% a 25%
Equipamento Administrativo	12,5% a 25%
Equipamento Básico	6,3% a 33,33%

Os gastos incorridos com a construção e desenvolvimento do Centro de Interpretação (1ª posição) e com os arranjos exteriores (2ª posição), que estavam em 2011 capitalizados na rubrica de investimentos em curso, foram transferidos para Ativos Fixos Tangíveis em 2012 e sujeitos a depreciação desde essa data.

Os custos com as demolições e terraplanagens, de valor não muito elevado, bem como com vistorias de instalação elétrica, reforço de redes elétricas e trabalhos de arqueologia são reconhecidos em gastos do exercício.

3.2 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, são registados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

A taxa de amortização utilizada é de 20%, correspondente ao período em que se espera obter benefícios económicos com esses ativos.

3.3 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento, são registados ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por imparidade, quando aplicáveis.

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

Edifícios	2%
Obras de remodelação	10%

3.4 Inventários

As mercadorias refletem os diversos artigos e produtos, relacionados com o período histórico da Batalha de Aljubarrota, adquiridos para a loja do Centro de Interpretação e que se encontram à venda.

Os inventários estão mensurados pelo custo de aquisição. As saídas de inventário são reconhecidas de acordo com o critério do custo médio.

Sempre que o preço de mercado seja inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é repostada quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Foi registada em 2014 uma perda por imparidade no valor de 50.000 euros, reforçada em 2017 em 12.000 euros, com referência aos artigos com baixa rotação.

3.5 Clientes

As dívidas dos clientes são inicialmente reconhecidas pelo respetivo montante processado.

Quando existe evidência de que o valor a receber se encontra em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual o saldo a receber se encontra reconhecido e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial. Assim, o saldo apresentado no balanço corresponde ao montante que se considera efetivamente recebível.

3.6 Outros Ativos Financeiros

Os outros instrumentos financeiros relativos a instrumentos de capital próprio, as carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e outros cuja intenção de compra seja a negociação, são mensurados ao justo valor, com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na Demonstração dos Resultados por Naturezas, nas rubricas de Aumentos/Reduções de Justo Valor. Os referidos instrumentos financeiros são negociados em mercados organizados, sendo o justo valor obtido de forma fiável, com base em informações prestadas por instituições financeiras.

Os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável são mensurados ao custo, menos perdas por imparidade.

As mais e menos valias realizadas com a venda dos títulos estão reconhecidas em resultados, respetivamente, nas rubricas de Outros Rendimentos e Ganhos e de Outros Gastos e Perdas.

Os ganhos ou perdas com os contratos forwards de cobertura cambial à data do balanço (variação do justo valor) são reconhecidos nos fundos próprios, dando origem a um ativo ou passivo, respetivamente. Esses ganhos ou perdas são reconhecidos em resultados quando o item coberto também o for, ou na data de vencimento do contrato forward.

3.7 Caixa, Depósitos à Ordem e Outros Depósitos Bancários

Os montantes incluídos nesta rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, e depósitos a prazo, imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

3.8 Diferimentos e Outras Contas a Receber e a Pagar

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os respetivos rendimentos e gastos são registados em Outros créditos a receber, Outras dívidas a pagar e em Diferimentos.

3.9 Fornecedores

As contas de Fornecedores encontram-se mensuradas pelo método do custo e são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros, sendo o efeito do desconto considerado imaterial.

3.10 Rubricas dos Fundos Próprios

Dotações inicial e extraordinária do Fundador

As dotações refletem a dotação Inicial do Fundador no valor de 50.000 euros e as dotações adicionais efetuadas pelo Fundador, no montante de 14.895.850 euros, que estão refletidas na rubrica de " Dotação Extraordinária do Fundador".

Fundo perpétuo

No final de 2003 foi, também, decidido pelo Fundador instituir um fundo perpétuo de 7.500.000 euros. De acordo com os estatutos da Fundação, nomeadamente o n.º 5 do artigo 5º, o fundo perpétuo deve ser atualizado anualmente, de acordo com a taxa de inflação fixada pelo Governo, no final de cada ano civil.

Até final de 2022, a política de atualização do fundo perpétuo não seguiu a regra prevista nos estatutos, sendo a atualização anual determinada em função do resultado líquido obtido. Assim, no final de 2022 o fundo perpétuo ascendia ao montante de 13.500.000 euros.

Em 2023, a Administração decidiu que a política de atualização do fundo perpétuo deveria corresponder à prevista nos estatutos da Fundação. Considerando essa regra, o valor atual do fundo perpétuo apurado à data de 31-12-2025 é de 11.253.505,33€, pelo que se procedeu a um aumento no montante de 240.488 euros, em contrapartida de Variações patrimoniais transitadas.

Variações Patrimoniais Transitadas

Esta rubrica reflete os montantes acumulados dos resultados dos exercícios anteriores / variações patrimoniais dos exercícios anteriores, líquidos das transferências efetuadas de e para Fundo Perpétuo.

Outras Variações nos Fundos Próprios

Nesta rubrica são reconhecidas as participações não reembolsáveis, recebidas para financiamento de investimentos. À data de 31-12-2025, estão reconhecidas as participações recebidas do POSC e Turismo de Portugal para apoio à construção do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota. As referidas participações estão a ser reconhecidas em ganhos proporcionalmente ao valor dos gastos incorridos e das depreciações anuais, que vão ser contabilisticamente efetuadas durante o seu período de vida útil, ascendendo a cerca de 1,3 milhões de euros em finais de 2025. Também estão a ser reconhecidas nesta rubrica os apoios recebidos ao abrigo do regime da Autorização de Residência para Atividade de Investimento (ARI). Esses apoios destinam-se a financiar os projetos culturais "Filme sobre a vida de D. Nuno Álvares Pereira", no montante de 799 mil euros, e "Recuperação da paisagem do campo de batalha de Aljubarrota, e posterior execução de trabalhos arqueológicos", no montante de 2.370 mil euros.

Variações Patrimoniais do Exercício / Resultado líquido

Esta rubrica inclui o resultado líquido do período.

3.11 Rédito

O rédito relativo às vendas e prestações de serviços é reconhecido no período em que as mesmas ocorrem.

3.12 Donativos- Subsídios à exploração

Os donativos entregues à Fundação por diversas entidades, ao abrigo da Lei do Mecenato, são reconhecidos na Demonstração das Variações Patrimoniais / Demonstração dos Resultados por Natureza na rubrica da Subsídios à Exploração. Os donativos prometidos, mas ainda não recebidos, são reconhecidos na conta de Clientes. Relativamente aos donativos prometidos e não cobrados é reconhecida a respetiva imparidade, sempre que tal se justifique.

3.13 Imposto sobre Lucros

A Fundação Batalha de Aljubarrota obteve em 2003 o Estatuto de Utilidade Pública e o Estatuto de Superior Interesse Cultural.

Em 2004 foi concedida pelo Ministério das Finanças a isenção de tributação em Sede de IRC, com efeitos a partir de 5 de agosto de 2003, relativamente aos rendimentos das categorias B, E e F. Logo não existe lugar a tributação sobre os resultados líquidos positivos do exercício, com exceção da tributação autónoma.

3.14 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Sempre que a Fundação Batalha de Aljubarrota reconhecer a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual virá a exigir o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão. Na possibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantendo-se a possibilidade de afetar os exercícios futuros, a Fundação não reconhece um passivo contingente, mas promove a sua divulgação.

À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.15 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

4. CAIXA E DEPÓSITOS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos de Caixa e de Depósitos Bancários apresentam a decomposição seguinte:

Conta	31-12-2025	31-12-2024
Caixa	1.753,83	2.923,32
Depósitos à ordem	708.012,72	539.548,79
Depósitos a prazo	1.723.113,70	2.438.391,67
Total caixa e depósitos bancários	2.432.880,25	2.980.863,78

Dentro desta rubrica destacam-se os depósitos à ordem e os depósitos a prazo no Novo Banco, de 691.331 euros e de 1.500.000 euros, respetivamente.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido em 2025 nas rubricas de ativos fixos tangíveis pode resumir-se como segue:

Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Investimentos em Curso	TOTAL
Valor Bruto no início do período	7 407 121,97	6 135 202,80	6 048 724,04	678 208,78	5 383,00	1 439 974,89	21 714 615,48
Depreciações acumuladas no início do período	0	-2 519 117,08	-5 835 010,08	-631 836,68	-5 198,84	0	-8 991 162,68
Saldo no início do período	7 407 121,97	3 616 085,72	213 713,96	46 372,10	184,16	1 439 974,89	12 723 452,80
Aumentos do Período	0	4 612,50	6 398,77	12 922,73	1536,85	447 399,16	472 870,01
Diminuições por alienação	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	78 500,99	0	1 752,75	8 431,65	-88 685,39	0
Regularizações	0	0	0	0	0	-1 411 649,35	-1 411 649,35
Depreciações do período	0	-108 002,61	-16 810,73	-4 159,19	-1 827,51	0	-130 800,04
Regularização de depreciações	0	6 000,00	0	0	0	0	6 000,00
Imparidade	0	0	0	0	0	0	0,00
Valor Bruto no fim do período	7 407 121,97	6 218 316,29	6 055 122,81	692 884,26	15 351,50	387 039,31	20 775 836,14
Depreciações acumuladas no fim do período	0	-2 621 119,69	-5 851 820,81	-635 995,87	-7 026,35	0,00	-9 115 962,72
Saldo no fim do Período	7 407 121,97	3 597 196,60	203 302,00	56 888,39	8 325,15	387 039,31	11 659 873,42

Os Investimentos em curso em finais de 2025, no valor de 387.039 euros, incluem os adiantamentos efetuados a título de sinal para a aquisição de terrenos e edifícios (64.500 euros), e a aquisição de equipamentos e conteúdos para exposição permanente no Centro de Interpretação da Guerra da Restauração, em Borba. O filme sobre a “Vida de D. Nuno Alvares Pereira” ficou concluído em 2025 e foi transferido para Ativo Intangível, com o valor de 1.411.649,35 euros. Essa reclassificação resultou de um melhor enquadramento desse ativo, de acordo com as NCRF.

O valor correspondente a edifícios e outras construções está líquido de uma perda por imparidade constituída de 2012 a 2017 e reforçada em 2020, no montante total de 1.410.373 euros, que resulta da fraca rentabilidade do Edifício e Equipamentos da 1ª posição e das reduzidas perspetivas de que este ativo venha a gerar cash-flows positivos num futuro próximo.

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica reflete o valor de aquisição (150.000 euros) de um imóvel em Lisboa, na freguesia das Mercês, bem como o valor das obras de remodelação, entretanto realizadas (94.844,36 euros), num total de 244.844 euros. O referido imóvel foi adquirido com vista a obter um rendimento proveniente do seu aluguer.

Em 2025 foram reconhecidas depreciações, no montante de 11.734 euros, ascendendo as depreciações acumuladas ao montante de 105.610 euros.

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nesta rubrica estão reconhecidos os custos incorridos com a realização e produção do filme sobre a vida de D. Nuno Alvares Pereira, que ascenderam ao montante de 1.411.649 euros. Esta obra ficou concluída em 2025, tendo estreado em junho e encontra-se em exibição em exclusivo no CIBA.

O saldo a 31 de dezembro de 2025, no montante de 1.129.319 euros, corresponde ao custo de aquisição líquido das amortizações do exercício, no montante de 282.330 euros. Este ativo irá ser depreciado em 5 anos, correspondendo ao período estimado de geração de receita.

8. INVENTÁRIOS- MERCADORIAS

A rubrica de inventários reflete os artigos e produtos, relacionados com o período histórico da Batalha de Aljubarrota, adquiridos em 2025 e em anos anteriores para a loja do CIBA e Mosteiro da Batalha.

O movimento ocorrido foi o seguinte:

	Inventários
Existências Iniciais	48.565,96
Compras líquidas de devoluções	66.959,18
Custo das vendas	-57.718,47
Imparidade	0,00
Existências Finais	<u>57.806,67</u>

A Administração da Fundação decidiu registar em anos anteriores uma imparidade de 62.000 euros, para reconhecer a perda potencial na venda das mercadorias de baixa rotação, a qual se mantém até 2025.

9. CLIENTES

O saldo de Clientes evidenciado no Balanço à data de 31 de dezembro de 2025, no montante de 71.916,75 euros, refere-se, sobretudo, a donativos que se estimam receber em 2026, tendo alguns já sido recebidos.

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A rubrica de Outros créditos a receber detalha-se como segue:

Outros créditos a receber	31-12-2025	31-12-2024
Juros a receber	2.724,00	10.074,04
Outros devedores	13.295,16	11.275,31
Total	<u>16.019,16</u>	<u>21.349,35</u>

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos a pagar ao Estado e Outros Entes Públicos detalham-se como segue:

	31-12-2025	31-12-2024
Ativo		
Diversos	39,93	35,00
IVA	0,00	167,08
Total	39,93	202,08
Passivo		
Diversos	0,00	36,20
IRC estimado	4.025,23	4.251,62
Retenção de IRS	1.684,29	1.963,75

Imposto sobre o Valor acrescentado	1.907,50	1.413,42
Contribuições para Segurança Social	8.492,29	8.284,85
Total	16.109,31	15.949,84

O IRC estimado foi de 4.025,23 euros e corresponde apenas à Tributação Autónoma, conforme descrito na Nota 3.

Não existem quaisquer dívidas em mora para com o Estado e Outros Entes Públicos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da Fundação, dos anos de 2022 a 2025, poderão ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de possíveis revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

De salientar que à Fundação foi concedida, no ano de 2004, pelo Ministério das Finanças, por despacho do Sr. Diretor Geral dos Impostos, a isenção de IRC com efeitos a partir de 5 de agosto de 2003.

12. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

O saldo desta conta, em 31 de dezembro de 2025, engloba diversas aplicações financeiras, essencialmente em ações e em fundos de investimento, geridas pelas entidades seguintes e nos montantes que se seguem:

<u>Novo Banco:</u>	<u>Euros</u>
Fundo Robeco Cap.	61.304,17
Nordea – Europ. Covered Bd	73.947,99
Outros Fundos	50.136,02
PRI Holding SGPS	200.000,00
Imparidade	<u>(200.000,00)</u>
<u>GNB Gestão de Patrimónios</u>	
Bubill CO 25-1/2026Ações	649.519,00
Ishares Core S&P Mid	394.107,00
<u>Millennium</u>	
Leo Flexib. Eq. A	654.374,00

UBS

Ações e Fundos (a) 12.189.358,00

Outras entidades

Pradera e Jropean retail Parks	894.318,00
VO Feeder LP (VWH Offsh)	135.700,00
D.E Shaw Lithic International Fund (Conway Offshore)	285.191,00
Alvarium Atlas Ltd	108.598,00
Visium Global Offshore	294,00
MW Global Opportunities Fund	<u>230.590,00</u>

SUB TOTAL 15.727.437,18

Forwards cambiais 103.861,00

TOTAL 15.831.298,18

(a) Inclui ações e fundos diversos, designadamente: Arcus Fund Japan Sicav SHS A, Blackrock CoEU FL SHS 12 Capitalisation, CTFS Brevan Howard Alpha Strategies, CTFS Breven Howard Alpha Strategies eur-E2, CTFS Hudson Bay In Shares A, CTFS ALT INV ACC Allianz SHS FND Unhedg, GQG GL - Part EMRG MRKTS, Invesco QQQ Trust Series I, Nordea 1-European Cov BD OPPT-SHS, Pacific Cap ucits NTH STH, Pinco Funds Income, S&P 500 DEP RCPT TRUST UNITS SERIES 1, SPDR Gold Trust e Wellington Global ACCUM SHS, entre outros.

Os ganhos e perdas realizadas com a alienação dos títulos são reconhecidos em resultados, nas rubricas de Outros rendimentos e de Outros gastos (ver Notas 19 e 20 abaixo). Os rendimentos obtidos com juros e dividendos estão reconhecidos na rubrica de Juros e rendimentos similares obtidos (ver Nota 21 abaixo).

Os Outros ativos financeiros encontram-se reconhecidos ao justo valor.

Os aumentos e reduções de justo valor, cujo valor líquido representa um ganho líquido de 488.976,83 euros, foram os seguintes:

	Aumentos de <u>justo valor</u>	Reduções de <u>justo valor</u>
Novo Banco Private	5.905,86	1.202,24
GNB Gestão de Patrimónios	40.259,13	-
Millennium	19.252,00	-
UBS	811.865,80	81.099,36
Outras entidades	<u>90.910,00</u>	<u>396.914,36</u>
Total	<u>968.192,79</u>	<u>479.215,96</u>

Dentro das aplicações financeiras na UBS existem os seguintes contratos:

Forwards

Discriminação dos Forwards existentes:

- Vencimento em janeiro de 2026
- Cobertura cambial

1- Avaliação da Compra e Venda Forward de moeda

Moeda	Montante Nominal	Data Fim	Data Avaliação	Valor da Transação	Valor de Mercado	Valor Presente	Valor (Euro)
NZD	-700 000	16.01.2026	31.12.25	359 389	-342 729	359 405	16 676
NZD	480 000	16.01.2026	31.12.25	-237 307	235 014	-237 317	-2 303
USD	-6 800 000	30.01.2026	31.12.25	5 872 701	-5 790 186	5 879 674	89 488
Total							103 861

O montante de 103.861 euros, corresponde a ganhos líquidos potenciais com os contratos forwards de cobertura cambial à data do balanço (variação do justo valor), os quais são reconhecidos nos fundos próprios (ver Nota 13 abaixo) em contrapartida de outros ativos financeiros.

13. FUNDOS PRÓPRIOS

O movimento ocorrido nas rubricas de Fundos Próprios, em 2025, pode resumir-se como segue:

Rubrica	Saldo Inicial	Reduções	Aumentos	Transferências	Saldo Final
Dotação do Fundador	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Dotações Adicionais:					
Fundo Perpétuo	11.013.017,43	0,00	240.487,90	0,00	11.253.505,33
Dotação Extraordinária	14.895.850,24	0,00	0,00	0,00	14.895.850,24
Variações Patrimoniais Transitadas	(1.257.006,65)	(240.487,90)	128.636,77	1.621.315,76	252.457,98
Outras Variações nos Fundos Próprios	3.825.396,33	(342.136,70)	1.052.053,00	0,00	4.535.312,63
Resultado do Exercício	1.621.315,76		233.825,03	(1.621.315,76)	233.825,03
Total	30.148.573,11	(582.624,60)	1.655.002,70	0,00	31.220.951,21

Na rubrica de Outras Variações nos Fundos Próprios estão registadas as participações do POSC – Plano Operacional da Sociedade do Conhecimento e do Instituto Turismo Portugal, referentes à construção do Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota. Essas

comparticipações variam entre 15% e 56% do investimento elegível e ascendem a cerca de 1.262 mil euros. Estão, também, reconhecidos os apoios recebidos ao abrigo do regime da Autorização de Residência para Atividade de Investimento (ARI), que se destinam a financiar os projetos culturais "Filme sobre a vida de D. Nuno Alvares Pereira", no montante de 799 mil euros, e "Recuperação da paisagem do campo de batalha de Aljubarrota, e posterior execução de trabalhos arqueológicos", no montante de 2.370 mil euros. As participações e os apoios são reconhecidos em resultados, proporcionalmente às taxas de depreciações anuais. Esses ganhos são reconhecidos na conta de Outros Rendimentos da Demonstração de Resultados (ver Nota 19 abaixo).

As Outras Variações nos Fundos Próprios incluem, ainda, o ganho potencial com a variação do justo valor dos contratos forwards de cobertura cambial à data de 31 de dezembro de 2025 (103.861 euros).

De acordo com os estatutos da Fundação procedeu-se à atualização do capital perpétuo, de acordo com a taxa de inflação, tendo o mesmo sido aumentado em 240.488 euros.

14. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

A rubrica de Outras dívidas a pagar detalha-se como segue:

Outras dívidas a pagar	31-12-2025	31-12-2024
Credores por acréscimos de gastos	55.427,13	41.774,92
Outros Credores	13.566,30	3.363,45
Total	68.993,43	45.138,37

Na rubrica de Credores por acréscimo de gastos estão registados os gastos com prémios de produtividade e com férias e subsídio de férias e respetivos encargos, referentes a 2025 a pagar em 2026, no montante total de 55.225,97 euros.

15. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O rédito proveniente de vendas e prestação de serviços (283.330,01 euros) aumentou em comparação com o exercício anterior e refere-se, essencialmente, às vendas de merchandising efetuadas na loja do CIBA, no montante de 52.044 euros (46.677 euros em 2024), receitas de bilheteira no valor de 191.592 euros (163.587 euros em 2024) e Vendas da Cafeteria no montante 39.694 de euros (33.316 euros em 2024).

16. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO- DONATIVOS

Em 2025, verifica-se um acentuado decréscimo nos Donativos recebidos. A Fundação recebeu donativos de diversas entidades, no montante de 61.000 euros (157.077 euros em 2024),

essencialmente entregues pela Sociedade Agrícola Quinta da Feira, Sociedade de Distribuição Tabacos, Lda e Sostate, SA.

Os donativos são reconhecidos pelo Ministério das Finanças conforme despacho Conjunto e ao abrigo da Lei do Mecenato no período de 2004/2008 e visam a realização do projeto de Recuperação e Valorização do Campo Militar de São Jorge e áreas envolventes, que foi considerado de superior interesse cultural.

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nesta rubrica estão registadas todas as despesas gerais efetuadas ao longo do ano, destacando-se as seguintes:

Fornecimentos e serviços externos	2025	2024
Trabalhos especializados	97.905,96	116.284,01
Honorários	31.842,91	29.123,00
Publicidade e Propaganda	26.704,03	16.755,13
Deslocações e estadas	79.145,46	75.988,82
Eletricidade	28.418,92	27.203,68
Serviços bancários	6.106,45	7.255,83
Conservação e reparação	32.563,23	47.769,57
Gastos com eventos	22.512,38	23.510,87
Materiais	12.480,45	8.323,65
Outros Gastos	19.578,42	22.056,58
Total	357.258,21	374.271,14

Os Trabalhos Especializados incluem gastos com consultoria jurídica, contabilidade, assistência técnica e auditoria. Nos Honorários estão os gastos com trabalhos arqueológicos, entre outros. Os gastos com Conservação e Reparação incluem os gastos com limpeza de terrenos, trabalhos de pintura, fornecimentos e substituição de materiais e outros consumíveis. Os gastos com Eventos incluem, essencialmente, os bilhetes para as atividades de Arborismo da Musterteams.

18. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica decompõe-se como segue:

Gastos com o pessoal	2025	2024
Remunerações dos Órgãos Sociais	36.596,00	36.464,00
Remunerações do Pessoal	205.619,25	181.794,72
Encargos sobre Remunerações	49.357,94	42.538,27
Outros gastos com o pessoal	8.733,28	4.420,31
Total	300.306,47	265.217,30

No final do ano 2025 o quadro de pessoal da Fundação era de 14 pessoas, número idêntico a 2024. Em 2025 saíram 3 pessoas e foram admitidas outras 3.

O aumento das remunerações deve-se à atualização salarial, ao reconhecimento dos prémios de produtividade a pagar em 2026 e ao processamento das remunerações do pessoal que saiu, a título de fecho de contas.

19. OUTROS RENDIMENTOS

Discrimina-se como segue:

Outros rendimentos	2025	2024
Em instrumentos financeiros	596.576,13	894,00
Subsídios ao investimento	213.499,93	27.159,16
Outros	147.255,29	20.665,55
Total	957.331,35	48.718,71

Os rendimentos em instrumentos financeiros, num montante de cerca de 596 mil euros, refletem, essencialmente, as mais-valias realizadas com a venda dos títulos geridos por GNB Gestão de Patrimónios (11 mil euros) e por UBS (292 mil euros) e, ainda os rendimentos obtidos com forwards cambiais (293 mil euros). Note-se que em 2024 quase não ocorreram vendas de títulos e as ocorridas não geraram mais valias significativas.

A rubrica de Outros refere-se sobretudo a diferenças de câmbio favoráveis (139 mil euros).

O saldo de subsídios ao investimento refere-se ao reconhecimento em rendimentos de parte das participações recebidas de POSC e do Instituto Turismo de Portugal e, também, os apoios recebidos para a produção e realização do filme sobre a vida de D. Nuno Alvares Pereira, tendo sido estes apoios que contribuíram para o aumento desta rubrica em 2025. O reconhecimento é proporcional às depreciações do exercício relativas aos investimentos abrangidos por essas participações (ver Nota 13).

20. OUTROS GASTOS

Discrimina-se como segue:

Outros gastos	2025	2024
Em instrumentos financeiros	145.135,71	127.288,48
Correções relativas a período anterior	1.373,98	21.026,82
Outros	378.880,03	99.190,36
Total	525.389,72	247.505,66

Os gastos com instrumentos financeiros, no montante de cerca de 145 mil euros, referem-se a menos valias com a venda de títulos geridos por GNB Gestão de Patrimónios (55 mil euros) e por UBS (90 mil euros).

A rubrica "Outros" inclui, essencialmente, comissões de gestão da carteira UBS (50 mil euros), e diferenças cambiais desfavoráveis (312 mil euros).

21. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Discrimina-se como segue:

Juros e rendimentos similares obtidos	2025	2024
Juros e dividendos obtidos em aplicações financeiras	56.501,42	193.355,90
Em depósitos	59.234,15	56.015,52
Total	115.735,57	249.371,42

Os juros e rendimentos similares obtidos, referem-se, essencialmente, aos juros e dividendos recebidos em 2025, dos títulos geridos pela UBS (51,5 mil euros; 168 mil euros em 2024) e pela GNB – Gestão de Patrimónios (3,5 mil euros; 23 mil euros em 2024). Os juros de depósitos referem-se, essencialmente, às aplicações em depósitos a prazo na UBS e no Novo Banco.

22. PARTES RELACIONADAS

Remunerações do pessoal chave da gestão

Um dos Administradores auferiu uma remuneração mensal de 2.500 euros pelo exercício do seu cargo.

Não existem quaisquer relações com partes relacionadas para além das descritas neste Anexo.

23. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do Balanço, os eventos ocorridos abaixo descritos não afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do exercício de 2025.

Impactos decorrentes das intempéries

Em fevereiro de 2026, a Tempestade Kristin provocou diversos danos na Fundação Batalha de Aljubarrota, nomeadamente, a destruição do Parque de Arborismo, danos na fachada de edifícios e no parque das merendas, infiltrações, queda de árvores, derrube de cercas e avarias em diversos equipamentos. À data de emissão das demonstrações financeiras, os referidos danos foram estimados em cerca de 173 mil euros.

A Fundação acionou o seguro junto da Ageas Seguros, tendo já ocorrido peritagens, e comunicou os prejuízos ao Património Cultural I.P. e aos Municípios de Porto de Mós e da Batalha, para reenvio para a CCDR Centro, aguardando ainda resposta das entidades envolvidas sobre uma eventual participação.

Os danos obrigaram ao encerramento do CIBA entre 28 de janeiro e 17 de fevereiro, originando uma perda de receitas estimada em 10.354 euros. Adicionalmente, a perda do Parque de Arborismo deverá reduzir as receitas de 2026, tanto pela quebra das vendas diretas da atividade (cerca de 23 mil euros em 2025) como pela possível diminuição de 10% do público escolar, com impacto nas receitas de bilheteira e da loja, estimado em cerca de 13 mil euros.

Instabilidade geopolítica

O ano de 2025 ficou marcado pelo agravamento das tensões entre EUA e China e pelos conflitos contínuos (Ucrânia-Rússia, Israel-Hamas), originando instabilidade económica e quedas nas bolsas mundiais. O regresso de Donald Trump à presidência dos EUA e o anúncio de novas políticas protecionistas também contribuíram para a volatilidade e queda dos mercados financeiros.

No início de 2026 registou-se alguma recuperação dos mercados, refletida na valorização da carteira de títulos da Fundação em janeiro (cerca de 1,74%) e em fevereiro (cerca de 1,45%). Contudo, em março, as bolsas mundiais começaram a sentir os impactos diretos do conflito armado entre os EUA e o Irão, que iniciou em 28 de fevereiro de 2026, com novas quedas nos mercados internacionais, levando a uma desvalorização de cerca de 3,87% da carteira de títulos da Fundação.

Face ao atual cenário de incerteza, não é possível estimar com fiabilidade os impactos futuros que a atual instabilidade geopolítica possa vir a ter na situação financeira da Fundação. Ainda assim, a Administração considera que os níveis atuais dos Fundos Próprios são suficientes para suportar eventuais perdas.

A Administração



António Palma Ramalho



José Augusto Fernandes

O Contabilista Certificado



Rosário Carreira



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
DA FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA**

1. No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal apresentar o Relatório da sua atividade no exercício, bem como o Parecer sobre o Relatório de Atividades e sobre as Contas de 2025 da Fundação Batalha de Aljubarrota, incluindo a proposta de aplicação do resultado do exercício, submetidos à sua apreciação pela Administração, contas estas que evidenciam um total de Ativo líquido de 31.345.276 euros e um total dos fundos próprios de 31.220.951 euros, incluindo um resultado líquido de 233.825 euros (resultado líquido de 1.621.316 euros em 2024).
2. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Fundação, principalmente através da informação contabilística, financeira e de gestão que lhe foi disponibilizada, tendo recebido da Administração e do Gabinete de Contabilidade os esclarecimentos às questões formuladas. Efetuámos uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos, bem como sondagens dos registos e outros elementos comprovativos, com a frequência e extensão considerados necessários, com resultados satisfatórios.
3. Apreciámos o Relatório de Atividades da Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo. Consideramos que estes documentos dão satisfação às disposições legais e estatutárias.
4. Sublinhamos que o resultado do exercício apurado pela Fundação em 2025 é explicado, sobretudo, pelo decréscimo verificado nos ganhos líquidos apurados com Outros Ativos Financeiros, nomeadamente os respeitantes ao justo valor dos títulos em carteira à data de 31 de dezembro de 2025 e ao aumento das amortizações relativas ao filme sobre a "Vida de D. Nuno Alvares Pereira" que ficou concluído e estreou em 2025.
5. Assinalamos que, dada o cenário internacional de grande instabilidade, devido aos conflitos contínuos (Ucrânia-Rússia, Israel-Hamas) e ao início do conflito armado entre os EUA e o Irão, é impossível prever como se irão comportar os mercados no decurso do ano 2026 e quais os impactos que poderão ter na carteira de investimento da Fundação.
6. Apreciámos o conteúdo da Certificação Legal de Contas emitida nesta data pelo Revisor Oficial de Contas, sem reservas e com ênfase, com cujo conteúdo concordamos e que é parte integrante deste Relatório e Parecer.
7. Tomámos também conhecimento do conteúdo do Relatório Anual do Revisor Oficial de Contas, emitido, também nesta data, ao cuidado da Administração da Fundação, com a descrição do trabalho efetuado pelo Revisor Oficial de Contas e com a apresentação de recomendações visando a melhoria dos procedimentos de controlo sobre os Ativos e sobre os registos da Fundação.
8. O Conselho Fiscal não pode deixar de realçar a solidez financeira da Fundação, dado que os seus Fundos Próprios no valor de cerca de 31,2 milhões de euros em finais de 2025,

financiam cerca de 99,6% do ativo líquido total da Fundação que ascende a 31,3 milhões de euros nessa mesma data.

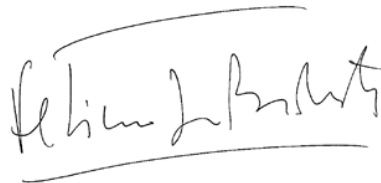
9. Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de parecer:

9.1 Que sejam aprovados o Relatório de Atividades, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo, relativos ao exercício de 2025, apresentados pela Administração da Fundação.

9.2 Que seja aprovada a Proposta da Administração sobre a aplicação do Resultado do Exercício no montante de 233.825 euros.

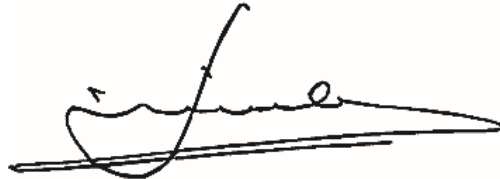
Lisboa, 28 de maio de 2026

O CONSELHO FISCAL:



Dr. Feliciano Barreiras Duarte

Presidente



Dr. Jorge Nelson Quintas

Vogal



APPM, SROC, Lda, representada por:

Dra. Ana Isabel Calado Pinto

Revisor Oficial de Contas

Vogal

RELATÓRIO E CONTAS 2025
maio de 2026

EDIÇÃO
FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA
av. d. nuno álvares pereira n.º 45, 2.º dto.
2480-062 calvaria de cima
Portugal

t. | f. +351 244 482 087
www.fundacao-aljubarrota.pt